



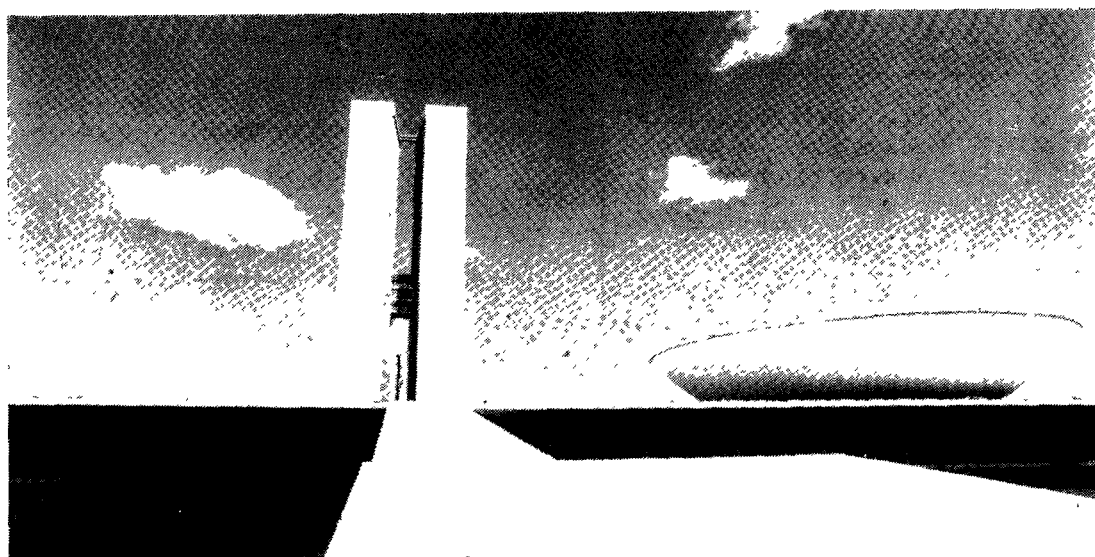
República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXVIII — Nº 067

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 15 DE JUNHO DE 1983



CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 177.^a SESSÃO CONJUNTA, EM 14 DE JUNHO DE 1983

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADOS CRISTINA TAVARES e JOSÉ FOGAÇA — Vigília de advertência à Nação, de Srs. Parlamentares contrários à missão do FMI que se encontra em Brasília.

DEPUTADO HERMES ZANETTI — Chegada de Comissão do FMI em Brasília. Apelo às autoridades salvadorenhas para que concedam salvo-conduto ao Professor Rafael Antonio Carias, exilado na Embaixada do México, na cidade de El Salvador.

DEPUTADOS SIEGFRIED HAUSER, JOÃO GILBERTO e CÁSSIO GONÇALVES — Considerações sobre a presen-

ça de Comissão do FMI em Brasília.

DEPUTADO AIRTON SOARES, como Líder — Negociações entre o FMI e o Governo brasileiro.

DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO, como Líder — Análise ao discurso do orador que o precedeu na tribuna.

1.2.2 — Comunicação da Presidência.

Referente à designação da comissão mista que examinará o projeto de lei orçamentária da União, para o exercício financeiro de 1984.

1.2.3 — Discursos do Expediente (continuação)

DEPUTADO HÉLIO MANHÃES, como Líder — Considerações sobre a missão do Fundo Monetário Internacional, recém-chegada em Brasília.

1.2.4 — Ofício de Presidente de comissão mista

Solicitando prorrogação de prazo para emitir parecer sobre matéria que menciona. **Deferido.**

1.2.5 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo n.º 59, de 1983-CN, aprovando o texto do Decreto-lei n.º 2.013, de 25 de janeiro de 1983, que dispõe sobre o imposto único sobre energia elétrica. **Discussão encerrada**, após usarem da palavra os Srs. Virgildásio de Senna, Argilano Dario e Irma Passoni, ficando a **votação adiada** por falta de quorum.

1.4 — ENCERRAMENTO

Ata da 177.^a Sessão Conjunta, em 14 de junho de 1983

1.^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47.^a Legislatura

Presidência do Sr.: Martins Filho

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Dinarte Mariz — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Affonso Camargo — Enas Faria — Carlos Chiarelli — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Artur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athaide — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB;

EXPEDIENTE

CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIARIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3 000,00
Ano	Cr\$ 6 000,00

Exemplar Avulso. Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

2 — ATA DA 178.^a SESSÃO
CONJUNTA, EM 14 DE JU-
NHO DE 1983

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expe-
dienteDEPUTADOS NELSON WE-
DEKIN, MARCIO SANTILLI,
IBSEN PINHEIRO E ARTUR
VIRGÍLIO NETO — Conside-
rações sobre o endividamentoexterno e a situação econômi-
co-social do País, na oportu-
nidade em que se encontra no
Brasil representantes do FMI.DEPUTADO HÉLIO DU-
QUE, como Líder — Coloca-
ções sobre o problema de nos-
sa dívida externa, face à pre-
sença no País de missão do
FMI.

2.2.2 — Questão de ordem

Formulada pelo Sr. Joacil
Pereira e acolhida pela Presi-dência, relativamente à inexis-
tência de quorum para o pros-
seguimento da sessão.2.2.3 — Comunicação da
PresidênciaConvocação de sessão con-
junta a realizar-se amanhã, às
11 horas, com Ordem do Dia
que designa.

2.3 — ENCERRAMENTO

Coutinho Jorge — PMDB; Domingos Juve-
nil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge
Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Ma-
noel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS;
Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió
— PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho —
PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira
PDS; Eptácio Cafeteira — PMDB; Eurico
Ribeiro — PDS; Jaime Santana — PDS;
João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo
— PDS; José Burnett — PDS; José Ribar-
mar Machado — PDS; Magno Bacelar —
PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho
— PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Tro-
vão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira —
PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jona-
thas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS;
Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão
— PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz
— PMDB.

Ceará

Aécio Borba — PDS; Alfredo Marques —
PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas
Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno
— PDS; Evandro Ayres de Moura —
PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado
Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Ha-
roldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira —
PMDB; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcân-
tara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS;
Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio
— PDS; Moyses Pimentel — PMDB; Orlan-
do Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS;Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa
— PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara
— PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Hen-
rique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire
— PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley
Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aloisio Campos
— PMDB; Alvaro Gaudêncio — PDS; An-
tônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud —
PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Saty-
ro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João
Agripino — PMDB; José Maranhão —
PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tar-
císio Buriti — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Antônio Farias —
PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wil-
son — PMDB; Cristina Tavares — PMDB;
Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando
Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gon-
zaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oli-
veira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB;
João Carlos de Carli — PDS; José Carlos
Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS;
José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura
— PDS; Mansueto de Lacerda — PMDB;
Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson —
PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Osvaldo Li-
ma Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS;
Ricardo Flúza — PDS; Roberto Freire —
PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ra-
malho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão
— PMDB; Fernando Collor — PDS; Geral-do Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô —
PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson
Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Fran-
co — PDS; Celso Carvalho — PDS; Gilton
Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS;
Jackson Barreto — PMDB; Seixas Dória
— PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Ma-
galhães — PDS; Antônio Osório — PDS;
Carlos Sant'Ana — PMDB; Djalma Bessa —
PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquis-
son Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS;
Etelvir Dantas — PDS; Félix Mendonça —
PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernan-
do Magalhães — PDS; Fernando Santana
— PMDB; França Teixeira — PDS; Fran-
cisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto —
PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gor-
gônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB;
Hélio Correia — PDS; Horácio Matos —
PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS;
Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna —
PMDB; José Lourenço — PDS; José Fenedo
— PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lo-
manto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Mar-
celo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira —
PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Ur-
bano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rô-
mulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS;
Virgilsário de Senna — PMDB; Wilson Fal-
cão — PDS.

Espírito Santo

Argilano Dario — PMDB; Hélio Manhães
— PMDB; José Carlos Fonseca — PDS;
Max Mauro — PMDB; Mirthes Bevilacqua
— PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias
— PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo
Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS;
Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto —
PDS; Arildo Teles — PDT; Arolde de Olivei-
ra — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Bran-
dão Monteiro — PDT; Carlos Pechanha —
PMDB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio
Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PMDB;
Délío dos Santos — PDT; Denisar Arneiro
— PMDB; Eduardo Galil — PMDB; Fer-
nando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho
— PDS; Francisco Studart — PTB; Gus-
tavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier —
PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de
Araújo Jorge — PDT; Júlio Caruso —

PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Eudes — PT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PMDB; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Cristóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Ozanan Coelho — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airtón Sandoval — PMDB; Airtón Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Cheidde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gasthane Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; Ivete Vargas — PTB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoíno — PT; Maluly Neto — PDS; Marcelo Gato — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Macao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Molletta — PMDB; Ary Kiffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Carlos Martínez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganeila — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadir Rosseti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratiní de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clack Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Matrins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 51 Srs. Senadores e 465 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra à nobre Deputada Cristina Tavares.

A SRA. CRISTINA TAVARES (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Chega a Brasília a Comissão do Fundo Monetário Internacional. Parlamentares, representando a vontade soberana deste País, e face à gravidade da missão que aqui vem, resolveram permanecer em vigília no plenário da Câmara dos Deputados e oferecer à Nação a denúncia que passo a ler:

Os representantes do Fundo Monetário Internacional chegam à Brasília para, mais uma vez, impor condições e determinar padrões à nossa política econômico-financeira.

Ao submeter-se às imposições do FMI, o Governo brasileiro compromete a nossa soberania, entregando a estrangeiros as decisões sobre assuntos eminentemente nacionais.

Para efetuar as negociações com o FMI, o Governo da República não ouviu o Congresso Nacional e o povo trabalhador, apesar dos reiterados protestos no Parlamento e em toda a sociedade.

Desta vez, os arrogantes emissários do FMI exigem mais arrocho salarial que as autoridades da área econômica financeira do Governo traduzem como desindexação dos salários e expurgo do INPC.

A política recessiva imposta pelo FMI e docilmente implementada pelo Governo está levando ao sucateamento do parque industrial do País.

Não podemos permitir que seja cometido mais este crime de lesa-pátria que esbulha a nacionalidade ao preço da fome, do desemprego, da miséria e conseqüente desagregação da família brasileira.

A dignidade nacional exige que tomemos posição em defesa do Brasil e do povo. Portanto, propomos o imediato rompimento com o FMI, a declaração da moratória da dívida externa brasileira e a conseqüente reformulação do modelo econômico.

O caos que estamos vivendo é o reflexo do autoritarismo imposto ao País, que reclama o pleno restabelecimento do regime democrático.

Este, o manifesto de parlamentares que permanecerão neste plenário durante doze horas, a partir de agora, numa vigília de advertência à Nação contra esta missão que, hoje, chega a Brasília.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Parlamentares, os emissários do Fundo Monetário Internacional são homens para quem o melhor símbolo da ordem social é a saúde financeira dos banqueiros. A eles não importa o preço social que paguemos para satisfazer à ganância e à rapinagem do capital financeiro internacional. A fraqueza e a legitimidade dos atuais governantes do Brasil, que não sabem a história que fazem, que não medem

o desespero a que levam o País, o medo que se apodera de cada lar, a violência da fome, a desagregação da família, o drama do desemprego; e tudo isto se faz pelo controle do poder, em nome da ideologia da segurança nacional. E desrespeita-se o direito universal das pessoas humanas para que o capital financeiro feche os seus balanços e obtenha seus lucros.

Esta inacreditável história está se processando, hoje, nos gabinetes dos Ministérios econômicos, com o aval do Conselho Monetário Nacional. Economistas tentam fundir uma nova ordem econômica nacional com a velha teoria do consenso das elites, que mergulha este País na sua mais dramática crise sócio-econômica que a nossa história registra. Defendemos que não há consenso possível para esta situação. Qualquer negociação que não inclua o rompimento imediato com o Fundo Monetário Internacional, a expulsão dessa arrogante missão do País, a moratória, a reposição dos salários reais, que vêm perdendo substância desde 1964, não é negociação, tem outro nome — é capitulação. Seja de que partido político for, seja de que liderança for — do Governo ou da Oposição — a proposta do consenso e da conciliação nacional neste momento, se afigura como traição ao povo brasileiro.

Não poderia deixar de oferecer ao País denúncia do Poder Governamental, que não se submete às imposições do Fundo Monetário Internacional.

Esta semana, assistimos ao desespero de um desempregado, que, à mão armada, exigia indenização, e a tentativa de suicídio de um mutuário do Banco Nacional da Habitação. Suicida-se, em Pernambuco, um industrial têxtil. Paralisam-se os negócios, as fábricas. Há desespero em nossa Pátria. Propõem os economistas, inspirados em construções doutrinárias da tradição monetarista, um medicamento mortal para a Sociedade.

Nós, representantes do povo brasileiro, não podemos permitir que tanto impatriotismo se perpetue. Nós não aceitamos as ameaças sinistras com que querem nos intimidar. Não há sinistrose maior que a perda da nossa dignidade de representantes do povo. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Com a palavra o nobre Deputado José Fogaça.

O SR. JOSÉ FORGAÇA (PMDB — RS. (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Este País tem 120 milhões de habitantes. Este é um País imenso, de 8.500.000 km². Este País produz o 8.º maior Produto Interno Bruto do mundo, quase 300 bilhões de dólares. Este País tem quase 5 séculos de história, e hoje, três simples funcionários do Fundo Monetário Internacional impõem e ditam aos Ministros econômicos brasileiros a economia e o destino do povo brasileiro.

A suprema humilhação a que estamos submetidos, não decorre só da rapinagem do capitalismo financeiro internacional, mas também do fato de que neste País nós não temos governantes; temos verdadeiros capatazes do sistema financeiro internacional que aqui dentro se colocam a serviço da espoliação e da intervenção na economia brasileira.

A suprema humilhação a que está submetido o povo brasileiro é de inteira responsabilidade deste Governo, que submeteu a nossa economia a um processo brutal de endividamento e que nos leva hoje

a um estado de quase intervenção, mediante a presença de gerentes que apresentam ditames e impõem regras à conduta da nossa política econômico-financeira.

Nós não nos iludimos. A presença do Fundo Monetário Internacional é uma afronta à nossa soberania, é uma verdadeira invasão que se dá neste País. Mas nós não nos iludimos. Não há, na História dos povos, invasão que não tenha sido feita sem colaboração interna e os invasores, os espoliadores deste País só prosperam aqui porque aqui encontram os seus serviços.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, os parlamentares brasileiros desta Casa, comprometidos com as lutas populares e nacionais, declaram-se em vigília, a partir deste momento, contra a política do Governo brasileiro que, por sua absoluta e exclusiva responsabilidade, isolado e distanciado do povo, entrega este País a três subgerentes do capitalismo financeiro internacional, para determinarem a vida e os destinos do povo brasileiro.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a ameaça que paira sobre 40 milhões de brasileiros é aquela que vem na pasta e do dossiê dos subgerentes do sistema financeiro. A exigência e a imposição da alteração drástica é ainda mais profunda na política salarial, trazendo a desindexação dos salários e o expurgo de eliminação do subsídio ao trigo e ao petróleo, no cálculo do índice Nacional do Preço ao Consumidor, o que acarretará prejuízos enormes aos trabalhadores deste País, preocupam-nos sobre o modo e a vida, não de meia dúzia, mas de 40 milhões de brasileiros, que sofrerão amargamente e que acabarão pagando o custo, o ônus e o fardo dos compromissos assinados e assumidos por um governo que desconhece e que despreza o povo. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hermes Zanetti.

O SR. HERMES ZANETTI (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Chegam a Brasília três *office-boys* mandaletes do capital internacional e aí, desafiando a consciência da Nação, nos põem a refletir. Andei pensando que nós, os povos explorados do Terceiro Mundo, nós produzimos a maioria dos manufaturados que são consumidos pelos países desenvolvidos. Nós fornecemos grande parte da matéria-prima que eles industrializam. Nos nossos países, milhões e milhões de pessoas passam por privações que nos impõem condições subumanas, a fome e a miséria absoluta.

Os povos dos países desenvolvidos vivem bem e nós devemos a eles mais de 700 bilhões de dólares. Alguma coisa está errada, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, porque se eles vivem bem e nós, que vivemos mal, devemos a eles 700 bilhões de dólares, é o caso de se perguntar, em primeiro lugar, quem emprestou a quem, quem tomou esse dinheiro emprestado? E, no caso específico do Brasil, tinha legitimidade para pedir dinheiro emprestado quem o tomou? E, mais, Sr. Presidente, onde foi aplicado esse dinheiro, se o povo vive na miséria?

É importante que se analise como é que ocorre a manutenção desse sistema a nível internacional. Há uma aliança entre os países poderosos desenvolvidos com os governos dos países do Terceiro Mundo. Graças a essa aliança, mantém-se em condi-

ções de opressão e repressão a maioria explorada da população.

Esta última noite, eu recebia um telefonema do meu colega, membro do Comitê Executivo da Confederação Mundial de Professores, que da Nicarágua me comunicava que foram liberados, em El Salvador, 311 presos políticos, dentre os quais 32 professores. Ocorre que, menos de 25 dias após haverem sido libertados, 8 desses libertados já foram assassinados. Foram soltos, postos em liberdade, para morrerem na perseguição do Governo de El Salvador, aliado ao capitalismo internacional. O Professor Rafael Antônio Carias está exilado na Embaixada do México e impedido de sair porque o Governo de El Salvador e a TOPREFA, um organismo do Governo, negam-lhe o salvo-conduto.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, venho a esta tribuna para denunciar essa aliança do capital internacional dos países desenvolvidos com os governos dos povos do Terceiro Mundo, a serviço da opressão e da repressão e, especialmente, para pedir ao Governo de El Salvador, a liberdade de vinte e quatro professores que ainda se encontram presos e desaparecidos, para exigir o fim da perseguição aos trezentos e onze, que agora são apenas trezentos e três presos políticos, que foram liberados para serem assassinados, para exigir do Governo de El Salvador, e da TOPREFA, que é um organismo desse Governo, que concedam o salvo-conduto ao professor Rafael Antônio Carias, para que possa, esse cidadão salvadorenho, sair com vida de El Salvador. É de estarrecer a razão pela qual, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, é negado o salvo-conduto ao professor Rafael Antônio Carias. A razão é que ele é um testemunho vivo do que vem acontecendo e do que aconteceu com os presos políticos de El Salvador. Querem negar a ele o salvo-conduto para que ele, ganhando a liberdade, não possa denunciar ao mundo o que vem ocorrendo no sangrento Governo que se instalou e que se ocupa da repressão e da opressão do povo salvadorenho. Isto não é mais não é menos, em maior ou menor escala, repetição do que acontece com os demais governos do Terceiro Mundo, mancomunados com o capital internacional.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Com a palavra o nobre Deputado Siegfried Heuser.

O SR. SIEGFRIED HEUSER (PMDB — RS) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Nação brasileira, ainda não refeita de mais um pacote e na expectativa da sua anunciada complementação, vê a sua atenção distraída agora por um ato que deveria ser de mera rotina: a vinda ao País de agentes do Fundo Monetário Internacional, para o exame do comportamento da dívida que o País tem com o bancos estrangeiros e na busca de soluções para este impasse financeiro. Não há quem neste País, não esteja de certa forma apavorado com a vinda de meia dúzia de técnicos para o exame da situação financeira do País. O Brasil nos parece, nos dias que correm, com aquele humilde agricultor, frustrado em sua safra que se debruça sobre a mesa do banqueiro solicitando uma moratória, a extensão de prazos para pagamento; como aquele que acreditava no Plano Habitacional e agora, premiado pelas necessidades financeiras, chega a entregar a casa com que tanto sonhara.

Aqueles que detêm o poder, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, de há muito vêm pre-

parando a opinião pública contra uma entidade internacional, o Fundo Monetário, cujas regras, cujos regulamentos, cujas normas são por demais conhecidas e, diga-se de passagem, sempre a favor do capitalismo internacional e colonizador. Isto não é novidade. Mas, é precisamente neste ponto onde queremos situar a irresponsabilidade dos que detêm em suas mãos o destino do País. Saca-se, e saca-se desenfreadamente sobre o futuro, em dólares; instituiu-se uma minicorreção monetária e institucionalizou-se, periodicamente, uma maxidesvalorização. Tudo, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em função de um malfadado modelo exportador.

Então, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no instante em que a Nação aprovadora vê a presença de agentes do capitalismo internacional, não vamos nos esquecer de que no banco dos réus sentam-se em primeiro lugar, o sistema e aqueles que querem perpetuá-lo no poder, aqueles, que quem sabe, sacam e sacam dólares e, assim, paulatinamente atrelam a Nação brasileira aos desígnios do capitalismo internacional colonizador e explorador.

Então, Sr. Presidente, pensamos, em primeiro, nos grandes culpados, que não desejam, e aí vem a conclusão da minha intervenção, que não desejam eleições livres e diretas, que não desejam uma Constituinte únicas saídas para o enorme e jamais vivido impasse, para as jamais vividas dificuldades da Nação brasileira. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado João Gilberto.

O SR. JOÃO GILBERTO (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O Brasil não resolverá seus problemas enquanto não tratar a sua dívida externa como problema político de uma Nação soberana e não como problema contábil de uma empresa qualquer. Problema de dívida externa de um país é um problema político, é um problema que diz respeito à sua soberania e tem de ser tratado pelo seu Congresso Nacional, pelo seu Governo, pela sua Chancelaria, pelos seus embaixadores. Lamentavelmente, este País contratou, como advogados seus, banqueiros particulares, para gerenciarem, contabilmente, soluções impossíveis para a sua dívida, distante do cerne político da questão. E abre os seus livros, e abre os seus documentos, e abre a entranha dos seus negócios, que nem o povo e nem o Congresso conhecem, a qualquer funcionário que, em nome de um banco internacional ou em nome de um fundo qualquer, aqui chegue para fiscalizar, para impor condições, para cobrar políticas e decisões.

Não, não sairemos do impasse enquanto o Governo que aí está não se der conta de que não está gerindo uma empresa falida, de que não está gerindo uma firma em dificuldades, mas está gerindo a soberania de um povo, em risco pelas suas manobras, pela sua timidez, pela sua falta de afirmação internacional. Perdemos, anteontem, ontem, grandes ocasiões de decretar uma moratória soberana e politicamente afirmativa; de ter ido buscar respaldo nas nações do Terceiro Mundo; de ter imposto que a fome do povo precede o pagamento da dívida; de ter, enfim, afirmado, alto e bom som, que, se algum país do mundo tem

poder de retaliação econômica contra nós, nós, como fornecedores básicos das matérias-primas mais importantes desse mundo, temos poder de devolver a retaliação, retaliação esta que não aconteceria, porque não tem sido presente na história, em gestos afirmativos reconhecidos e aceitos pela comunidade internacional, porque a comunidade internacional acata e reconhece a soberania dos Estados independentes que dela fazem parte.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, hoje, parlamentares aqui estarão durante doze horas, levantando a questão da soberania nacional da qual o Governo está-se esquecendo ao abrir os seus livros contábeis, ao abrir as suas políticas econômicas, ao abrir as entranhas do Poder Público Nacional, aos funcionários do Fundo Monetário Internacional.

Queremos dignidade nacional! Queremos soberania nesta hora e queremos que, como Nação independente, o Brasil busque junto aos demais povos a construção de uma nova ordem mundial!

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Com a palavra o nobre Deputado Cássio Gonçalves.

O SR. CÁSSIO GONÇALVES (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Ao firmar o manifesto que vários Deputados e Senadores lançam à Nação no dia de hoje, e ao mantermo-nos firmes no Congresso Nacional, durante doze horas, para protestar contra a presença do FMI em nossa Pátria, dirigindo os destinos da nossa política econômica, eu me orgulho de estar junto a esses companheiros, dando uma demonstração, à Nação brasileira, de que o Congresso Nacional está presente, que o Congresso Nacional traduz os anseios da grande maioria do povo brasileiro, de todos os segmentos da Nação, porque hoje toda a Nação está unida contra a política econômica deste Governo e contra o próprio Governo que mantém esta política econômica.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, na semana passada, em Minas Gerais, cerca de 700 metalúrgicos compareceram ao Palácio do Governo para protestar contra a ameaça de dispensa coletiva da Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira. Esse ato, Sr. Presidente, significa também um protesto porque essa ameaça de dispensa que paira sobre milhares de famílias e lares brasileiros é exatamente uma consequência da política recessiva que o FMI impõe ao Brasil e aqui, hoje, está a par de dar regras sobre ela. Esta semana, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, aliás ontem e hoje, realiza-se em Belo Horizonte, na Associação Comercial de Minas Gerais, o encontro de toda a classe empresarial de Minas Gerais. E o próprio Governador Tancredo Neves se assustou, ontem, contra os termos utilizados pelos empresários mineiros contra a política econômica adotada pelo País e contra a falta de possibilidade de participação nas decisões dessa política econômica. Portanto, é da maior importância que este Congresso Nacional assuma esta postura de protesto contra a presença do FMI neste País e contra a política econômica ditada por este Governo. O mais grave, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é que falta aos agentes desse poder, para discutir lá no exterior, a credibilidade, não só da Nação brasileira, mas a própria credibilidade dos banqueiros internacionais que chegam hoje até a gozar os agentes do Governo brasileiro que lá negociam.

Portanto, Sr. Presidente, ao registrar esse protesto coletivo que hoje fazemos neste Congresso Nacional, é importante dizer que a questão, hoje, não é mais de fundo econômico, mas é uma questão política. O que se reclama, hoje, é uma participação da Nação brasileira nos destinos deste País, nos destinos e na fixação da orientação dessa política econômica. Não é com esse regime que aí está, não é com estes homens que aí estão a dirigir a Nação, que a Nação brasileira haverá de encontrar o caminho para sair desse impasse. E o que hoje a Nação reclama é o direito de participar de toda a Nação, de todos os segmentos, desde as classes empresariais às classes trabalhadoras que continuam marginalizadas dessas decisões que dizem respeito a todo o povo brasileiro e que afetam a família brasileira no que há de mais sagrado, que é exatamente o seu direito de sobrevivência, o seu direito de vida com dignidade.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, ao assumirmos esta postura hoje no Congresso Nacional, estou certo de que estamos dando início a um processo que pode, efetivamente, chegar a um bom termo, de renovar não só esse modelo econômico, mas todo o regime brasileiro que sustenta esse modelo! Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrado o tempo destinado aos oradores inscritos para o período de breves comunicações, de acordo com o art. 31 do Regimento Interno.

O SR. AIRTON SOARES — Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ailton Soares, como Líder.

O SR. AIRTON SOARES (Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A manifestação do inconformismo dos Parlamentares, representantes do povo, decorre da humilhante submissão que o Governo brasileiro impõe ao povo do Brasil, na medida em que concordam, as autoridades financeiras e o Governo em geral, com a fiscalização, a pressão, a orientação, de órgãos internacionais sobre aos nossos interesses.

Quero dizer, Sr. Presidente, que nós não admitimos que os técnicos do Fundo Monetário Internacional, representantes de interesses que não são do povo brasileiro, possam ditar ao nosso povo os rumos da nossa economia. Sr. Presidente, não entendemos como possa o Governo do General Figueiredo se submeter e comprometer, dessa forma, a nossa idoneidade moral, a nossa idoneidade de patriota, a nossa idoneidade de brasileiro! É, Sr. Presidente, motivo de pesar para todos nós assistirmos à chegada dos ecléticos interrogantes e integrantes da missão do Fundo a Brasília, para se reunirem com as autoridades econômicas financeiras que levam o Governo a uma concordância deste, como um todo, a esta política recessiva. O documento que os Deputados elaboraram para endereçar à Nação, para fazer com que a Maioria desta Casa firme uma posição contra a ingerência do Fundo Monetário Internacional, é um documento que procura mostrar que os trabalhadores são as vítimas próximas, quando o Fundo chega a este País pretendendo a indexação, a desindexação dos índices e, conseqüentemente, o arrocho dos salários.

Queremos mostrar, Sr. Presidente, à Nação, que a economia brasileira está cada vez mais prejudicada em função dessa desnacionalização que se impõe a partir do Fun-

do. E queremos dizer, Sr. Presidente, que lamentavelmente não se manifestam mais sequer os setores, que anteriormente eram conhecidos como burguesia nacional, que defendiam ainda alguma coisa de nacional e alguns militares que anteriormente se manifestavam quando viam a nossa soberania atingida e maculada. Não sei se esses militares — esta chamada burguesia nacional — já se associaram ao modelo que o imperialismo norte-americano impôs ao País. Não sei se já concordaram que não devemos mais ter fronteiras econômicas e possibilitar que a nossa economia seja toda ela elaborada a partir dos interesses multinacionais.

Sr. Presidente, nós gostaríamos que essa nossa manifestação e essa nossa movimentação, que procura aqui na Casa estabelecer um núcleo de resistência, com parlamentares de todos os partidos se manifestando, pedindo o apoio da Nação a esta causa, chamando a atenção da Nação, e mostrando as agrúrias em que está submetido o povo brasileiro, ocupem espaço e ressoem por todo o País.

Nós conclamamos, também, os Deputados do Partido do Governo, para que este Partido também se manifeste em defesa da soberania nacional. Chegamos a dizer, em nosso documento, que é um crime de lesa-pátria, um crime onde todos os brasileiros são atingidos. Queremos restabelecer uma consciência cívica nacional. Ora, Sr. Presidente, nem mais os estudantes se manifestam, naquele velho estilo *Yankees, Go Home*, em nossa Pátria, nem mais manifestações partem dos segmentos mais idealistas da sociedade, porque há um clima de conformismo em função da pressão, em função do garroteamento das informações, em função das mentiras deslavadas que são ditas ao povo brasileiro, quer através da Imprensa pelos órgãos de Governo, quer através dos programas que o Senhor Presidente da República tem a sua disposição para estabelecer ao povo brasileiro uma ficção. Criou, ontem, o Presidente João Figueiredo uma ficção, a de que aquele que toma empréstimos não se submete aos designios daquele que empresta. Diz o Presidente até, que não é porque um brasileiro vai a um banco pedir empréstimo, que o gerente do banco irá estabelecer a forma e o meio de conduzir a sua vida.

Ora, Sr. Presidente, isso é uma falácia, na verdade nós estamos, não só nos submetendo política e economicamente, como também traindo a consciência nacional. Na verdade, temos pela frente uma grande batalha, que é a de desvincular o País deste conglomerado internacional que fixa a nossa política econômico-financeira, e em decorrência dela mantém essa política propriamente dita, que o modelo autoritário que está aí há dezoito anos, estabelece e que pretende continuar.

Ora, Sr. Presidente, diz o Partido do Governo pela Imprensa, hoje, que existe uma crise nacional; diz o seu Líder Nelson Marchezan, para sensibilizar os Deputados do PDS, que há uma crise. Mas, que crise é essa? A crise é a crise da vergonha nacional, pela submissão aos interesses do Fundo, por admitir estrangeiros que vêm aqui fiscalizar, dizer o que devemos fazer e como devemos fazer. Ora, por que não adotamos uma postura mais digna? Por que não estabelecemos nós mesmos nossa política de pagamento? Por que não decidimos sobre a moratória? Por que não estabelecemos aqui dentro do País, com o apoio de toda a Nação, uma política contra os interesses multinacionais? Será o povo brasileiro responsável, Sr. Presidente, pela grave situação de balança de pagamento, que diz respeito ao *front* externo, como diz o Presidente João Figueiredo, que diz respeito ao

front interno, como ele mesmo disse? Será que a dívida das estatais, o déficit interno, se devem ao povo, será que o povo é responsável por isso? Ou será que é incompetência, má gerência, filhotismo, corrupção, que grassa nas empresas estatais e que procuram, com isso, fazer um clima de que devam elas ser desativadas e ceder espaço a empresas privadas? Será que não é essa má gerência dessas autoridades econômico-financeiras com esse déficit interno? Será Sr. Presidente, que não é a má gerência, como País, como Nação no fórum internacional, dos nossos interesses como potências, como País, como Nação no fórum internacional que traz esses prejuízos? Será que não resta, Sr. Presidente, a nós, o mínimo de vergonha para restabelecermos a nossa postura e a nossa dignidade, como Nação e como povo?

Ora, Sr. Presidente, o povo brasileiro é a grande vítima, porque está alheio a tudo isso. O Congresso Nacional é a grande vítima, porque não pode participar dessas medidas. O Governo criou uma ficção para continuar negociando com o Fundo Monetário Internacional; entendeu que um acordo anterior por este Congresso, quer dizer, não por ele, mas por uma Maioria dócil, possibilitava os desdobramentos do acordo. É hora, Sr. Presidente, de dentro do Partido do Governo, nós verificamos que lá também existe brasileiros que se opõem a isso. Quero registrar que hoje, quando, pela manhã, foi denunciado no Congresso de Informática, que existe no Senado Federal esta política, quando foi lido esse documento, esse documento foi aplaudido de pé por todos os que estavam presentes e lá estavam aqueles que defendem a reserva de mercado na questão da informática e sabem perfeitamente que uma das condições que o Fundo Monetário impõe, sorrateiramente, ao País, para dar o dinheiro que o Brasil precisa para pagar os compromissos externos, é exatamente o fim da reserva de mercado.

Há, Sr. Presidente, um potencial muito grande no País para que nós todos possamos resistir e reagir. Agora estamos dizendo, nesta vigília, que pretendemos estabelecer, a partir desta sessão que felizmente é presidida por V. Ex.^a, que com a compreensão e talvez até com a solidariedade possa comunicar dos nossos interesses, que são interesses nacionais e suprapartidários, é do nosso interesse fazer com que esta sessão seja dedicada a esta questão, mostrando o vilipêndio da soberania nacional, mostrando o ultraje a que fomos submetidos por homens que não são mais brasileiros. O Ministro Delfim Netto não é mais brasileiro; ele deve falar até no seu gabinete em inglês, com os seus assessores, que eu poderia chamar de assecas, porque seguem o Ministro até nas suas diatribes. (Palmas.)

Sr. Presidente, nós precisamos ser claro para nós que essas autoridades precisam ser iminentemente, imediatamente substituídas. Há uma questão política a ser levantada: por que é que, hoje, o País chegou a este caos? Por que é, Sr. Presidente, que vivemos esses momentos de ruína nacional? Por que é? Sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, é porque o povo não participa das decisões; o Congresso Nacional não participa de absolutamente nada, não tem vez e nem voz no processo. O povo não vota, não escolhe o Presidente da República, não define o modelo econômico, o povo não participa do processo. Nós estamos fazendo um apelo para que voltemos a participar. O texto final do nosso documento é muito claro, é preciso um restabelecimento imediato do regime democrá-

tico na sua plenitude. A plenitude, no regime democrático resolveria até os problemas internos do PDS, hoje, acabaria com as cisões internas, com estas brigas de malufistas com anti-malufistas, com esses candidatos de bolso de colete, que se apresentam ou por serem ministros ou por serem detentores do poder econômico; esses homens que procuram corromper o Colégio Eleitoral, deixando à execução os parlamentares dignos que dele fazem parte, fazendo imaginar à Nação, que poder ser esses parlamentares comprados, como pode ser a convenção do PDS comprada, coisa que nós denunciemos por não concordar e por não acreditar, por conhecer a maioria dos membros desta Convenção e por conhecer os Deputados e Senadores desta Casa, que fazem parte do Colégio Eleitoral. Mas, é esta a impressão que se dá à Nação. Então, é um modelo pobre, um modelo viciado que precisa ser substituído. E para substituir esse modelo nós precisamos de eleições diretas que estão ligadas a esse quadro grave de submissão que todos nós denunciemos.

Sr. Presidente, ficou difícil falar sobre a matéria, inúmeros parlamentares se manifestaram, inúmeros outros irão se manifestar. Nós deveremos ter, no dia de hoje, na tribuna da Câmara dos Deputados, e mais tarde, na sessão do Congresso Nacional, um continuar de denúncias, todas elas com esta missão e com este objetivo. A missão é denunciar esta submissão dos interesses nacionais. O relativo é alertar a Nação para que resista e denuncie, para que venha às ruas, para que venha ao Congresso, para que os órgãos de classe se manifestem. É de sensibilizar a Imprensa nacional contra esta entrega da nossa soberania. A imprensa Nacional que já é vítima, hoje. Até os cartunistas da Imprensa Nacional têm uma concorrência dos interesses multinacionais, até os articulistas estão vendo aí agora as notícias internacionais das agências a ocuparem maior parte do espaço em detrimento do espaço consagrado à Imprensa nacional. Até o papel e a Imprensa que decorre dele, estão aí sendo vítimas, os jornais, porque o papel é importado e vem aí financiado por interesses multinacionais a um preço que avilta a indústria nacional.

Enfim, Sr. Presidente, esta conclamação que fazemos visa a atingir esses objetivos, é a Nação que deve reagir, são seus representantes que têm esta missão e estamos tentando fazer com que esta Casa readquira o foro de que ela abriu mão, o foro da nacionalidade. É preciso que esta Casa de novo comece a viver o Brasil, a reagir em função do Brasil e este é um movimento supra-partidário. Esta iniciativa começou com poucos Deputados e ganha a adesão e pretende ser a maioria, é uma iniciativa da nacionalidade que visa a restabelecer, neste País, a dignidade nacional, através do restabelecimento da dignidade do Parlamento. Se os nossos companheiros não se sensibilizarem por esta questão, não sensibilizarão por nenhuma outra, porque as outras são menores, são questões do dia-a-dia, são projetos menores. Aqui está a nacionalidade em jogo. E a nossa missão, hoje, companheiros, é resguardar esta nacionalidade, levantar esta imagem de que os nossos interesses têm que ser preservados, fazendo com que o Congresso vibre, com que os parlamentares falem à Nação, que o movimento se desencadeie por todo o País, que ele atinja todas as áreas, as áreas ligadas aos trabalhadores — grandes vítimas dessa política econômica — as áreas ligadas aos empresários, vítimas também, que estão tendo aí o cerceamento nas

suas iniciativas, as áreas ligadas aos militares, que estão vendo a entrega da Pátria e são patriotas no que diz respeito ao seu entendimento do que seja o interesse nacional.

Enfim, Sr. Presidente, o movimento é amplo, a nossa iniciativa é modesta, mas acreditamos que, com esta vigília, com outra que possamos fazer, com a continuidade da luta, com o funcionamento deste Parlamento, deste Congresso, com os Srs. Deputados usando a tribuna para defender o Brasil e o povo brasileiro, nós vamos chegar, mais cedo ou mais tarde, a uma posição onde esses vendilhões da Pátria serão afastados do poder, esses homens que hoje vêm aqui para impor condições não poderão desembarcar. Teremos, lá, a nossa polícia, para impedir que esses homens aqui desembarquem, porque eles são piores que qualquer agente espião, qualquer homem que venha aqui trazer o dissabor à família brasileira, e nós pretendemos que, um dia, um governo digno não possibilite que esses interesses daqui vicejem.

Dessa forma, Sr. Presidente, a nossa comunicação de Liderança visava contribuir para este processo que se inaugura nesta tarde, que é um processo pluripartidário, processo de brasileiros, em defesa dos interesses nacionais. Queremos, Sr. Presidente, que, imediatamente, neste País, seja rompido o acordo com o Fundo Monetário Internacional, que seja decretada uma moratória por nós mesmos. Vamos pagar a dívida, sim, mas quando pudermos. E, Sr. Presidente, que seja restabelecido o regime de plena democracia política porque dela decorre a democracia econômica e social.

Sr. Presidente, esta conclamação, que nós fazemos questão de registrar, enfaticamente, é uma conclamação em busca da nacionalidade que foi comprometida, está sendo comprometida quando esses biltres dos interesses econômicos multinacionais, os grandes agiotas do mundo moderno, aqui estão a impor e a ditar normas de comportamento às nossas autoridades e, lamentavelmente, com o consentimento e com o convite delas. E é por isto que essas autoridades têm que ser substituídas. A substituição do Delfim Netto, a substituição de Langoni, de Galvêas, das autoridades do Conselho Monetário Nacional, do qual não participam os trabalhadores, não participam os políticos, não participa a consciência da Nação, a substituição desses homens e a consequente eleição direta de um Presidente da República pelo povo, com a destituição e o fim deste regime autoritário, é a nossa meta final. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado).

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. AIRTON SOARES EM SEU DISCURSO:

A NAÇÃO

Os representantes do Fundo Monetário Internacional chegam a Brasília para, mais uma vez, impor condições e determinar padrões à nossa política econômica financeira.

Ao submeter-se às imposições do FMI, o Governo brasileiro compromete a nossa soberania, entregando a estrangeiros as decisões sobre assuntos eminentemente nacionais.

Para efetuar as negociações com o FMI o Governo da República não ouviu o Congresso Nacional e o povo trabalhador, apesar dos reiterados protestos no Parlamento e em toda sociedade.

Desta vez, os arrogantes emissários do FMI exigem mais arrocho salarial que as autoridades da área econômica financeira do Governo traduzem como desindexação dos salários e expurgo do INPC.

A política recessiva imposta pelo FMI e docilmente implementada pelo Governo está levando ao sucatamento do Parque Industrial do País.

Não podemos permitir que seja cometido mais este crime de lesa-Pátria que esbulha a nacionalidade ao preço da fome, do desemprego, da miséria e consequente desagregação da família brasileira.

A dignidade nacional exige que tomemos posição em defesa do Brasil e do povo. Portanto, propomos o imediato rompimento com o FMI, a declaração da moratória da dívida externa brasileira e a consequente reformulação do modelo econômico.

O caos que estamos vivendo é o reflexo do autoritarismo imposto ao País, que reclama o pleno restabelecimento do regime democrático.

O Sr. José Lourenço — Peço a palavra como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Lourenço, como Líder.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PDS — BA. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

É natural, compreensível, e até elogiável, o comportamento da Oposição nos convocando para um amplo debate sobre os problemas da Nação.

Entendemos e aceitamos que esse debate deve ser colocado no mais alto nível. E aceitamos também as críticas porque elas são próprias do sistema democrático em que vivemos. O que não aceitamos nem concordamos são determinados tipos de colocações que baixam o nível do debate e não elevam de forma alguma esta Casa perante o conceito da Nação.

Fala-se, critica-se pede-se o apoio do Brasil quando se trata de professores assassinados em El Salvador. Claro que esse apoio é o apoio da consciência livre de qualquer brasileiro. Mas, eu pediria também, simultaneamente, aos que pedem o apoio para aqueles que são assassinados em El Salvador, que apóiem e subscravam, também, um documento para que não se mate mais, não se assassine mais em Cuba, como agora recentemente ocorreu, quando 32 líderes sindicais foram presos e 8 deles assassinados. Mas, essas mesmas vozes não se levantam contra os outros assassinios, como se os outros também não fossem seres humanos que merecessem o nosso respeito.

Somos imparciais porque, para nós, o homem está acima de qualquer modelo político, e só nos consideramos em concordância com a nossa própria consciência, se defendermos teses que sejam amplas para qualquer sistema político existente no mundo. Não concordamos é com o parcialismo, se defende aqueles que morrem e são assassinados em El Salvador, mas não tenham dúvida que esses que fazem esse tipo de defesa sejam capazes de defenderem, ou de vir aqui aplaudir, sem dúvida alguma os assassinatos de Cuba.

O Sr. Elquisson Soares — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSÉ LOURENÇO — Darei mais motivos a V. Ex.^a

Verificamos, assim, Sr. Presidente, que a Nação, embora em crise, crise econômica

reconhecida por todos nós, crise econômica reconhecida pelo próprio Presidente da República, é uma extensão de uma crise econômica mundial. Mas, transforma-se o FMI como se fosse um gigante dominador do mundo, um gigante que chegou ao Brasil para dismantlar toda a nossa estrutura econômica, política e social. Trata-se o FMI não como um organismo internacional do qual somos fundadores e participantes e do qual participam países das mais diversas áreas políticas, inclusive da área socialista, como, por exemplo, a Romênia e a Iugoslávia, como se o FMI fosse uma máfia internacional. Será que a Romênia já vendeu a sua soberania nacional? Cuba não está no FMI, mas os funcionários cubanos andam atrás dos banqueiros do Clube de Paris, muito mais subservientes, se é que subserviência pode ser o termo empregado, muito mais dóceis do que outro Ministro de qualquer país, porque tem uma economia totalmente destruída; e não fosse a mesada que recebem da União Soviética, a ilha já teria naufragado.

O Sr. Elquisson Soares — V. Ex.^a vai permitir o meu aparte?

O SR. JOSÉ LOURENÇO — Vou, daqui a pouco, nobre Deputado.

Mas, o FMI, e os funcionários do FMI que aqui chegam, tratados por alguns Srs. Deputados da Oposição como se fossem bandidos, uma máfia internacional. São funcionários de uma instituição internacional que nada tem a ver, inclusive, com os problemas internos do nosso País. Eles vêm analisar o comportamento da economia nacional, mediante o contrato de financiamento que assinamos com o organismo que eles representam. E eu pergunto: qual é o banqueiro nacional, qual é a instituição de crédito nacional estatal, que concede um financiamento e não acompanha de perto a aplicação dos recursos e o comportamento da empresa a quem foi concedido financiamento? Isso faz parte das leis econômicas em qualquer lugar do mundo e em qualquer sistema político. Mas, infelizmente, a Oposição quer desconhecer isso, quer negar isso; põe-nos como subservientes ou vassalos do FMI. O Brasil não é a Ilha da Trindade somente, não; é um País com mais de oito milhões e meio de quilômetros quadrados, 127 milhões de habitantes.

O Sr. Elquisson Soares — Se V. Ex.^a não vai me permitir o aparte, eu vou me sentar, porque o que não posso é ficar de castigo.

O SR. JOSÉ LOURENÇO — Darei já a V. Ex.^a

O Sr. Elquisson Soares — Se V. Ex.^a não quer o diálogo, diga, que eu me sento. Agora, não aceito a provocação de V. Ex.^a

O SR. JOSÉ LOURENÇO — O Brasil não é a Ilha da Trindade, como pensam alguns senhores da Oposição.

O Sr. Elquisson Soares — V. Ex.^a vai permitir o aparte, Deputado?

O SR. JOSÉ LOURENÇO — Vou permitir, Deputado, mas aguarda um momento, por favor.

O Sr. Elquisson Soares — Mas então permita. V. Ex.^a está discutindo uma matéria que foi levantada pela Oposição.

O SR. JOSÉ LOURENÇO — Ouça apenas um pouco a palavra do bom senso deste País.

O Sr. Elquisson Soares — Então permita o aparte. Porque V. Ex.^a desviou o assunto e está fazendo provocação.

O SR. JOSÉ LOURENÇO — Eu darei o aparte a V. Ex.^a

Confunde-se esta Nação, as suas enormes potencialidades, como se não tivéssemos as condições que temos para uma negociação da dívida a nível externo. Vamos chegar a esta negociação sem moratória unilateral, sentando na mesa da negociação com dignidade, com o respeito que este País merece da comunidade internacional.

Concedo o aparte ao Deputado Elquisson Soares.

O Sr. Elquisson Soares — Deputado José Lourenço, V. Ex.^a sabe que eu o conheço de perto, e gostaria que V. Ex.^a nesta Casa se comportasse, na verdade, como um brasileiro disposto a promover, com a sua contribuição, a independência do País. No entanto, vejo V. Ex.^a nesta tribuna, como outrora, na Assembleia Legislativa da Bahia, a fazer provocações e a defender os interesses internacionais, sobretudo aliado da direita internacional que sufoca pequenos países da América Central e da América do Sul. V. Ex.^a que é oriundo do continente europeu, depois brasileiro por adoção...

O SR. JOSÉ LOURENÇO — Em matéria de origem, eu só respeito aqui o Juruna.

O Sr. Elquisson Soares — Permita que eu termine o meu raciocínio. Brasileiro por adoção, depois vinculado ao capital internacional e colonialista, porque os seus interesses se desenrolaram, na verdade, lá em Angola, na Angola anterior a Agostinho Neto. V. Ex.^a é, por excelência, um colonialista e, como tal, não deseja que neste País a Nação se levante para defender os seus interesses. (Palmas.) V. Ex.^a, Deputado, precisa nos respeitar. Quando um parlamentar, e quem o fez não foi um parlamentar do meu Partido, foi o Deputado Airton Soares, num pronunciamento sereno, protestando contra a intervenção internacional no Brasil, protestando contra a intervenção do capital internacional que domina, a esta altura, a Nação, inclusive dando ordens à Presidência da República, porque o Senhor João Figueiredo é ilegítimo no poder. Por essa razão esta Nação não é soberana, por não ter um governo escolhido pelo seu povo. Mais uma vez fere-se a soberania do País, quando se permite que interesses internacionais venham para cá e dirijam, na verdade, os destinos do povo brasileiro. V. Ex.^a, ao fazer provocações, como fez contra o Deputado Airton Soares, V. Ex.^a se esquece que pediu a adoção brasileira e tem o dever de defender os interesses brasileiros, e não os interesses internacionais. Eu ainda fico a acreditar que o PDS ainda tenha alguma veleidade nacionalista, mas talvez o PDS, ao deixar V. Ex.^a na tribuna, neste dia, queira dar exatamente a noção de que ele é um Partido hoje também internacional, vinculado ao capital internacional. Se assim quis, o PDS na verdade acertou em cheio, porque deixou um agente dos interesses internacionais a falar por ele, pela Liderança, porque V. Ex.^a, neste instante, nega a adoção solicitada, e talvez justifique o processo que corre no Supremo Tribunal Federal contra o seu mandato, que não pode ser um mandato brasileiro mas um mandato, agora, do FMI e do capital internacional.

O SR. JOSÉ LOURENÇO — Sr. Presidente, não serão as agressões baixas, que conheço de longa data, não será tipo algum de agressão que fará descer a minha linguagem nesta Casa do Congresso Nacional.

No dia em que Aldo Moro foi assassinado, o mesmo Deputado liberal que aqui hoje se encontra, e que acaba de me agredir, defendia, com a mesma valentia com que hoje o fez, as Brigadas Vermelhas que covardemente assassinaram o grande líder da Re-

pública Italiana. Não estranho, portanto, o comportamento de S. Ex.^a Quem defende Brigadas Vermelhas defende qualquer tipo de internacionalismo nesta Nação. S. Ex.^a não tem dignidade para vir aqui me acusar de comprometido com o capital internacional. Eu sou comprometido sim, Deputado Elquisson Soares, com a minha consciência, com a minha vontade, com a dignidade desta Nação. Não aceito e não admito que V. Ex.^a venha para aqui com costumeiras provocações. Conheço V. Ex.^a de longa data.

(apartes simultâneos)

O Sr. Elquisson Soares — V. Ex.^a me conhece sim, com o ímpeto contra os corruptos, denunciando os dedo-duros, os que traem a Pátria. V. Ex.^a é um falso brasileiro, é um corrupto, um dedo-duro, comprometido com o capital internacional.

O SR. JOSÉ LOURENÇO — V. Ex.^a tem um outro compromisso internacional, e eu não estranho a posição de V. Ex.^a nesta Casa. Quem defende as Brigadas Vermelhas defende o lixo humano.

O Sr. Elquisson Soares — V. Ex.^a vai perder o mandato, o povo vai lhe arrancar o mandato.

O SR. JOSÉ LOURENÇO — Não defendo de forma alguma, tal tipo de comportamento em qualquer sociedade.

Quem defende Brigadas Vermelhas, Deputado, defende o lixo humano, e eu não defendo qualquer tipo de comportamento na mesma base em que V. Ex.^a se coloca.

O Sr. Elquisson Soares — V. Ex.^a é salazarista. Deputado, não é sequer vinculado ao Portugal democrático. V. Ex.^a defende os assassinos lá em Portugal.

O SR. JOSÉ LOURENÇO — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, é esse o debate que a Oposição não aceita. Ouvimos serena e silenciosamente diversos discursos da Oposição, muitos deles com colocações perfeitas aceitáveis, elogiáveis até, mas não temos o direito de ter o nosso ponto de vista. Quando defendemos um ponto de vista diferente, somos agredidos por não termos tido o privilégio de ter nascido neste País. Não nasci no Brasil, mas decidi, por vontade própria, ser brasileiro. Acho que se o Deputado Elquisson Soares, tivesse nascido na Albânia, pouca diferença a ele faria a nacionalidade de seu berço. Se aqui estou nesta tribuna, para aqui vim com um mandato legítimo do povo da Bahia, e aqui estou para defender os ditames daquilo que acho mais certo para o meu País, como respeito religiosamente a defesa ou as acusações emanadas da Oposição, porque entendo que é a contribuição mínima que esta Casa poderá dar ao engrandecimento da Nação.

O Sr. José Genoíno — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSÉ LOURENÇO — Pois não, nobre Deputado.

O Sr. José Genoíno — A Oposição trouxe a esta Casa um posicionamento sério e contundente com relação à gravidade da situação que o País atravessa e a atitude de subserviência deste Governo diante do Fundo Monetário Internacional. Mas do que isso, a Oposição traz aqui um gesto político, uma atitude, uma postura política de não aceitar a maneira como o Brasil está aceitando as determinações do Fundo Monetário Internacional. Era de se esperar que o Partido do Governo subisse à tribuna da Casa para discutir este acordo com o FMI, para se contrapor ao conteúdo das posições que a Oposição trouxe aqui, para discutir e trazer informações a esta Casa sobre as formas, sobre os detalhes deste acordo. Mas, não é

isso. O próprio PDS está marginalizado deste acordo, o próprio PDS não é ouvido; o PDS vem para cá simplesmente para fazer uma defesa, e uma defesa mal feita, nobre Deputado, porque diante da situação que está aí não adianta discurso como esse de V. Ex.^a, o problema da China, de Cuba, da Albânia, das Brigadas Vermelhas. Nós trouxemos para discussão aqui a política econômica do Governo que levou para uma crise sem precedentes na história deste País. Na época do milagre econômico fala: vamos indexar toda a economia porque existia mão-de-obra abundante para as grandes empresas. Agora que os trabalhadores estão em sua grande parte desempregados, o Governo fala em desindexar a economia, para fazer um verdadeiro leilão da mão-de-obra dos trabalhadores. O próprio Governo, Sr. Deputado, o próprio Ministro Ernane Galvêas, quando vai para New York, é o Secretário de Estado que diz que a salvação do Brasil passa pelo FMI. Esta é a situação de calamidade, de dependência, de subserviência, de crise que nós temos que discutir. Esta é a preocupação da Oposição, esta é uma postura séria. Não podemos aceitar passivamente uma política que está levando cada dia mais ao desespero a maioria do povo brasileiro e, em especial, o trabalhador. E o PDS tem que se colocar, tem que se posicionar, porque o PDS que eu digo aqui — e o nobre Deputado, certamente testemunhará — está sendo inteiramente marginalizado por este Governo. Isto que está aí é um regime ditatorial. Negocia com o capital financeiro, e o PDS simplesmente fica para dar o apoio parlamentar nem é ouvido nas suas reivindicações, nobre Deputado. Esta que é a verdade que precisa ser restabelecida.

O SR. JOSÉ LOURENÇO — Muito obrigado a V. Ex.^a

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Lembro ao nobre orador que o seu tempo está esgotado.

O SR. JOSÉ LOURENÇO — Sr. Presidente, permita-me pelo menos responder ao aparte que me foi concedido.

Sr. Presidente, eu começaria por me penitenciar diante da inteligência do Deputado José Genoíno. (Palmas.) De fato, eu não tenho a inteligência de S. Ex.^a que, além de inteligente, conseguiu ao longo do tempo, lapidar essa inteligência, porque a inteligência já nasceu com S. Ex.^a, como nasce com qualquer um. Eu não tive o privilégio de nascer inteligente nem o outro privilégio de podê-la lapidar depois. Mas V. Ex.^a colocou respeitavelmente as questões, e respondo a V. Ex.^a no mesmo nível. Acho que o debate assim é que deve ser feito.

O PDS não foi indagado da tribuna desta Casa sobre como é o acordo com o FMI, qual a redação do acordo, quais são os prazos de pagamentos, quais são os juros, qual é o valor total do empréstimo. Isso saiu em toda a imprensa, nobre Deputado, isso foi publicado em todos os jornais. O FMI tem para nós uma vantagem extraordinária, no caso, em que os juros são de 6%, por exemplo, enquanto os juros dos bancos internacionais estão no nível, hoje, de cerca de 11 a 12%. Além disso, o FMI, não temos dúvida alguma, e dizemos claramente, verdadeiramente é, sem dúvida alguma, o Banco Central de todo o sistema bancário internacional. Então, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não vejo em que a dignidade da Nação, que a soberania nacional esteja afetada em qualquer um dos seus aspectos. Temos dificuldades, sim, concordo neste aspecto com a Oposição, mas venceremos estas dificuldades, porque temos potencialidades para isto, e os países só se afirmam nas

grandes dificuldades. As nações só crescem, só engrandecem, quando o seu povo é submetido a enormes sacrifícios.

Vamos sair desta crise mais fortes, mais dignos, mais altaneiros do que, se fosse possível dizer, éramos anteriormente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está esgotado o período destinado a breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Nos termos do § 1.º do art. 90 do Regimento Comum, a Comissão Mista que examinará o Projeto de Lei Orçamentária da União, para o exercício financeiro de 1984, deve ser constituída até a primeira quinzena do corrente mês.

Em obediência ao dispositivo regimental e de acordo com as indicações das Lideranças, a Presidência designa, para a referida Comissão:

Pelo PDS, como titulares, os Srs. Senadores:

José Lins, Octávio Cardoso, Lourival Baptista, João Castelo, Jorge Kalume, Jutahy Magalhães, Almir Pinto, Amaral Peixoto, Guilherme Palmeira e Gabriel Hermes.

Suplentes

Jorge Bornhausen, João Calmon e Marcondes Gadelha

Pelo PMDB, como titulares os Srs. Senadores:

Itamar Franco, Saldanha Derzi, Gastão Müller, Mário Maia e Enéas Faria.

Suplentes

José Fragelli e Hélio Gueiros

Pelo PDS, como titulares os Srs. Deputados:

Antônio Gomes, Augusto Trein, João Alves, Josué de Souza, Maluly Neto, Manoel Ribeiro, Mauro Sampaio, Milton Brandão, Nilson Gibson, Ossian Araripe, Osvaldo Melo, Ubaldino Barém, Vingt Rosado, Edison Lobão, Darcílio Ayres, Osanan Coelho, Fernando Collor, José Carlos Fagundes, Jutahy Júnior, Carlos Virgílio, Alvaro Gaudêncio e Wilson Falcão.

Suplentes

Amílcar de Queiroz, Ângelo Magalhães, Celso Carvalho, Jairo Magalhães, Wildy Vianna, Vicente Guabiroba e Wanderley Mariz.

Pelo PMDB, como titulares os Srs. Deputados:

Airton Sandoval, Amadeu Geara, Antônio Câmara, Carlos Peçanha, Carlos Vinagre, Dionísio Hage, Genésio de Barros, Harry Amorim, João Agripino, Jorge Uequed, José Melo, Júlio Costamilan, Milton Figueiredo, Moysés Pimentel, Renato Viana, Raul Bittencourt, Santinho Furtado, Siegfried Heuser e Wagner Lago.

Suplentes

Ciro Nogueira, Manoel Costa, Márcio Lacerda, Mário de Oliveira, Renan Calheiros e José Genoíno — PT.

Pelo PDT, como titulares os Srs. Deputados:

Nilton Alves e Sérgio Lomba.

Suplente

Bocayuva Cunha.

Pelo PTB, como titular o Sr. Deputado:

Fernando Carvalho.

Suplente

Nelson do Carmo.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hélio Manhães, como Líder do PMDB.

O SR. HÉLIO MANHÃES (PMDB — ES. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Bom seria se nesta manhã do mês de junho o plenário da Câmara pudesse apresentar um outro aspecto. Aqui Deputados da Oposição ocupam razoável espaço no plenário. Já no início desta sessão, ouvimos a voz vibrante e combativa da Deputada Cristina Tavares, do PMDB, a veicular para este País um documento assinado por nós outros, parlamentares, definindo uma posição de resistência à atual política que nos é imposta pelo Governo Federal.

Há pouco, Sr. Presidente, nós pudemos verificar, na veemência do aparte do Deputado Elquisson Soares, o apego que S. Ex.^a tem às teses nacionalistas defendidas pelo PMDB, exatamente no dia em que a Nação brasileira, de luto, toma conhecimento da consumação de mais um crime que se pratica contra a consciência nacional, aumentando o nosso endividamento moral, porque já passou, há muito tempo, o endividamento financeiro. A soberania do Brasil está em xeque, quando nós abrimos as nossas portas para o intervencionismo do capital estrangeiro. E esta história não começou agora, em 1983: começou com a quartelada de março de 1964, quando eclodiu um movimento neste País sob a alegação de que se iria acabar com a corrupção e a subversão. Mas, na realidade, era tão somente para abrir espaço para grupos internacionais e também para grandes grupos nacionais.

Hoje, já não temos mais dúvidas disso. Se nós analisarmos os números da economia brasileira, colocando para as lideranças do PDS fatos que não têm resposta, porque contra argumentos não há respostas, temos aí a indústria farmacêutica dominada pelo capital estrangeiro a nível de 92%, temos, hoje, no setor da alimentação e tantos outros da economia brasileira, a influência direta do capital estrangeiro, que vem encontrando sempre, cada vez mais, espaços para poder agir. E a culpa é o modelo social e econômico que tem este País, que não é um modelo democrático, porque é um modelo de minorias, porque é um modelo das elites, porque é um modelo onde uma meia dúzia participa e influi nas grandes decisões do Governo Federal, Governo este que não tem coragem de fazer a democracia total, como nós falávamos outro dia neste plenário.

A maioria esmagadora do povo brasileiro vem protestando e criticando nas urnas contra o atual modelo econômico e social que nos humilha, nos escraviza e que retira o mínimo de dignidade do Brasil para suas negociações.

Não é dizer “não”, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que não deva haver convenções internacionais, a todos os níveis. O que não é possível aceitar é que, neste Brasil, para as obras menores ou maiores, qualquer que seja a iniciativa do Governo federal e depois disseminando isso pelo Governo dos Estados, a qualquer pretexto, se recorre aos bancos internacionais. E, hoje o Brasil detém a maior dívida externa do mundo, e, hoje, o Brasil já não tem mais a sua soberania e, hoje, não é verdade o que disse o Vice-Líder do PDS, há pouco, o Deputado João Lourenço, que o FMI está vindo agora ao Brasil, não para poder impor outras ra-

zões dos negócios que foram feitos ao arrepio e à revelia deste Congresso e da opinião pública brasileira.

Não é verdade. É uma prova disso nós temos em vários pontos da atual política do Governo, nos seus pacotes e nas suas medidas recentes. O Governo está, sim, de joelhos, subserviente ao Fundo Monetário Internacional, porque se assim não fosse, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a política salarial brasileira, não seria ela por influência, e por todos os motivos, totalmente dirígida e orientada pelo capital estrangeiro, quando se disse, já não há muito tempo, que este País é o paraíso das multinacionais. A política salarial brasileira, que vem esmagando nosso trabalhador, a recessão que aumenta a crise, a inflação e o custo de vida, tudo isso tem razão de ser no progressivo e criminoso endividamento externo deste País, onde o dólar aumenta todo dia e onde o salário diminui todo dia, Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

O Sr. Oswaldo Lima Filho — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. HÉLIO MANHÃES — Darei, oportunamente, o aparte a V. Ex.^a

Ainda, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, há uma outra colocação que não deixa margem de dúvida e que desmente os argumentos do Vice-Líder do PDS. Há poucos dias, o Governo federal anunciou o aumento da casa própria e, ao fazê-lo, depois das modificações determinadas pela pressão popular, pelos protestos da Oposição, afirmou o Ministro Andreazza que os aumentos das prestações seriam rigorosamente compatíveis com o aumento salarial. Mas o próprio Governo federal, atendendo ao FMI, porque tem que atender ao FMI, determinou que para o funcionário público federal este aumento teria que ser, no mínimo, de 82%. E qual foi o aumento do funcionário público federal? Foi de 40%, em janeiro, e de 30%, em junho, com a defasagem do índice inflacionário, já reduzido para 64%. O próprio Governo federal não pode modificar a sua política, em alguns pontos, porque tem que responder às negociações do Fundo Monetário Internacional.

Também, aqui, no debate que se trava com seriedade, nesta manhã, estamos questionando a responsabilidade do Presidente da República e dos Ministros da área econômica que estão entregando o Brasil. Ouvimos, dolorosamente ouvimos, ontem, pela televisão, uma declaração do Presidente da República que espanta, que causa perplexidade e indignação a este País. O Senhor Presidente João Figueiredo disse que reconhece que a inflação vem enriquecendo, até agora, vários setores da economia brasileira! Quem disse isso foi o Presidente João Figueiredo! E a pergunta que fazemos a Sua Excelência é por que ele não demitiu o Sr. Ernane Galvêas, Carlos Langoni e o Sr. Delfim Netto. Sua Excelência disse isso, reconhece que existem setores enriquecendo às custas da inflação brasileira e que agora tudo vai mudar. Nós estamos aguardando que mude, mas de conversa, de discurso, o povo está saturado, exigindo decisões e outro tipo de comportamento.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Oswaldo Lima Filho.

O Sr. Oswaldo Lima Filho — Nobre Deputado Hélio Manhães, trago aqui a minha solidariedade, de resto desnecessária, porque sou subscritor do manifesto, tal como V. Ex.^a, contra a ação do FMI no Brasil, e segundo as observações de V. Ex.^a Desejava apenas lembrar à Casa que a atual intervenção do Fundo Monetário Internacional, no País inclusive, é preciso que se saliente, contraria os próprios estatutos do FMI, como foram elaborados na Conferência de

Bretton Woods, em 1945. Aquela época, ficaram estabelecidos, entre todas as nações subscritoras do documento de instituição desse organismo internacional, que o Fundo teria como objetivos facilitar a expansão — veja bem V. Ex.^a — e o desenvolvimento harmonioso do comércio internacional e contribuir para o estabelecimento e manutenção de um nível elevado de emprego e renda real.

Ora, as exigências feitas, no momento, pelo Fundo Monetário Internacional, aquelas de que se tem conhecimento pela imprensa, porque o seu conhecimento oficial — como V. Ex.^a salienta e como já salientaram vários companheiros — foi sonegado indevidamente, ilegalmente ao Congresso Nacional que deveria, em primeiro lugar, conhecer desse acordo, para aprová-lo ou para rejeitá-lo, aquilo que se conhece pela imprensa é exatamente o oposto daquilo a que se obrigou o Fundo Monetário Internacional quando foi constituído porque ele passa a exigir, inclusive, a redução dos salários dos trabalhadores no Brasil e passa a exigir o corte dos subsídios dos produtos essenciais, como o trigo e o petróleo, cujo preço vai recair sobre as costas da classe trabalhadora. Muito obrigado e renovo o meu aplauso às considerações que V. Ex.^a vem fazendo.

O SR. HÉLIO MANHÃES — Eu que agradeço a V. Ex.^a Deputado Oswaldo Lima Filho que veio, com seus argumentos, com sua experiência, com seus conhecimentos, enriquecer este nosso pronunciamento, no qual nós queremos tão-somente demonstrar a este País a diferença de comportamento de uma Oposição que vem, ao longo de 19 anos, nos caminhos estreitos e ásperos da sua luta, através dos pronunciamentos nestas Casas do Congresso Nacional, através de matérias veiculadas pela imprensa através de projetos de lei de eminentes figuras nossas, procurando sugerir sempre ao Governo federal mudança na sua política social e econômica. Ironicamente, as Lideranças do PDS, volta e meia, nesta Casa, nos acusam e ainda outro dia o Deputado Nelson Markezan agredia a nossa Liderança do PMDB, dizendo que a Oposição fala, protesta, radicaliza, mas que a Oposição não apresenta sugestões. Mais do que os Deputados e os Senadores, as lutas sindicais, as lutas de classe, todos os seguimentos da sociedade brasileira, a OAB, a CNBB, cansativa e exaustivamente, têm procurado mostrar outros rumos para a política social e econômica deste País. No entanto o Governo nunca aceita as sugestões que lhe são apresentadas. Nem poderá aceitá-las porque o comprometimento do Governo federal com os grupos internacionais é uma coisa tão profunda que só resta ao Governo fazer um processo reprimido sempre, adiando historicamente as medidas corajosas, urgentes e indispensáveis para salvar a economia, e salvar este País da situação em que se encontra.

O Presidente da República fala muito da normalidade democrática. Sua Excelência quer ter para ele o crédito de ter feito a abertura política deste País, mas uma abertura política muito relativa, no momento em que o Congresso Nacional se encontra extremamente limitado nas suas funções, ou porque todas as grandes decisões, as dos pacotes, são tomadas por via que vai do Palácio do Planalto para Nova Iorque, ou vice-versa, nunca pela via popular, nunca através do povo brasileiro. O Sr. Carlos Langoni, o Sr. Ernane Galvêas e o Sr. Delfim Netto já devem ter residência fixa nos Estados Unidos. É humilhante o Brasil inteiro ver todos os dias, pela televisão, quando aqui fica um dia ou dois, que o Presidente do Banco Central já está voltando para Nova Iorque ou correndo para Londres,

mendigando posições que afetam e que, até certo ponto, desmoralizam a história e as tradições do povo brasileiro. Eu concedo o aparte a V. Ex.^a

O Sr. Valmor Giavarina — Nobre Deputado, têm se pronunciado a respeito da matéria, reiteradas vezes, ultimamente, os economistas de maior renome nacional. E têm dito esses economistas que as medidas adotadas através do pacote, ou do pacotão, como queiram, somente irão alimentar mais a inflação, se não houver uma desindexação do capital. E quando, então, surge esta palavra de peso, esta palavra mágica, a desindexação, o Governo procura tirar o corpo fora e seus arautos ficam a dizer pela televisão que tudo agora depende do Congresso Nacional, querendo jogar a responsabilidade toda em cima desta Casa, ou destas Casas. Nobre Deputado Hélio Manhães, fiz um pronunciamento, há poucos dias, uns dez dias atrás, mostrando claramente, com dados, que o Poder Executivo tem invadido a competência do Poder Legislativo. De 1964 para cá, teve o Poder Executivo a iniciativa de 90,8% das leis, enquanto o Poder Legislativo, por causa desta Constituição Federal draconiana, teve a iniciativa de apenas 9,2%. Nós nunca fomos ouvidos efetivamente. O Governo não nos ouviu num assunto de grande importância, de máxima importância para a Nação, que é exatamente este que está aí, entregando-se ao Fundo Monetário Internacional. Agora, quer o Governo descartar-se, aliviar-se e jogar a responsabilidade em cima deste Congresso Nacional. Então, vejo duas posturas: uma, quando é para pisar no povo e outra, quando é para fugir das críticas populares. Eu quis trazer esta contribuição ao pronunciamento de V. Ex.^a e, ao mesmo tempo, cumprimentá-lo, para dizer que esta vigília cívica é o mínimo que podemos fazer para mostrar à Nação o posicionamento da Oposição aqui no Congresso Nacional.

O SR. HÉLIO MANHÃES — Muito obrigado, nobre Deputado Valmor Giavarina, pelo seu aparte. Tive oportunidade, inclusive, de ver a bela entrevista de V. Ex.^a na televisão, colocando a posição em que se encontra a atividade parlamentar neste País. V. Ex.^a fez a defesa, com muita dignidade, da luta que temos travado no sentido de restabelecer, em toda plenitude, as prerrogativas do Congresso Nacional.

O SR. PIMENTA DA VEIGA — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. HÉLIO MANHÃES — Ouço com muito prazer o aparte do nobre Deputado Pimenta da Veiga.

O Sr. Pimenta da Veiga — Nobre Deputado Hélio Manhães, o pronunciamento de V. Ex.^a é correto, objetivo e adequado. Não merece qualquer reparo, mas somente aplausos. O que merece nosso reparo é a afirmativa do eminente Líder do PDS, Deputado José Lourenço, de que o acordo com o Fundo Monetário Internacional não tem qualquer interferência nas questões internas do Brasil. S. Ex.^a se engana completamente ou quer enganar os outros. Na realidade, são profundas as interferências do Fundo Monetário Internacional, pelo acordo firmado com o Governo brasileiro, na nossa economia interna, na nossa vida interna. As evidências são totais. Ainda hoje, o *Jornal do Brasil* estampa, em manchete de primeira página, que o FMI traça novo programa para o Brasil. Não somos mais, nós os brasileiros, que ditamos as normas e as regras da nossa economia, mas são exatamente os funcionários do Fundo Monetário Internacional. Portanto não podemos deixar de repudiar aqui esta afirmativa, talvez impensada, do Líder do PDS, porque os trabalhadores brasileiros estão

sentindo o corte nos seus salários, a indústria nacional está sentindo a redução das encomendas, tudo por obra e arte do famigerado Fundo Monetário Internacional.

O Sr. Hélio Manhães — Vou completar, para confirmar o que diz o Deputado Pimenta da Veiga. Há poucos dias, a *Imprensa* publicou, com manchetes e farto material de divulgação, que, lamentavelmente, o Brasil não havia cumprido o acordo com o FMI, que, então, enviou uma missão a este País, para analisar, novamente, a nossa situação.

Vou terminar, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, usando, aqui, uma declaração que foi feita por um General do sistema militar, deste que está, hoje, dominando este País, para poder dar inteira razão histórica a tudo que nós falamos hoje. Não vamos usar de nenhum argumento de companheiro da Oposição para definir o que está acontecendo neste País. Vou utilizar uma declaração que ficou e, hoje, mais do que nunca se consolida neste quadro de vergonha nacional: antes de ser levado para o Palácio do Planalto, indicado pelo sistema militar, para ocupar as funções de alto mandatário deste País o General João Baptista Figueiredo, o seu Chefe da Casa Militar, o General Hugo Abreu, discordando dessa candidatura, afirmou que o General Figueiredo não podia ser Presidente da República porque estava comprometido com grupos internacionais, e que não podia porque, despreparado, não podia assumir a Presidência da República. Hoje, nós damos razão ao General Hugo Abreu. S. Ex.^a tinha toda a razão, como têm razão as Oposições, e têm este País, no protesto do clamor público que se espalha por toda a Nação brasileira, quando se atenta contra a soberania do nosso povo. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido e deferido o seguinte

Brasília, 14 de junho de 1983.

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n.º 9, de 1983, que "altera o item II do art. 176 da Constituição Federal", solicito a Vossa Excelência a prorrogação, por 15 (quinze) dias, do prazo concedido a este Órgão para apresentação do parecer e que se encerra, hoje, dia 14 de junho do corrente.

O pedido em apreço justifica-se pela relevância da matéria e pela necessidade de se dar ao eminente Senhor Relator, Deputado Oly Facchin, um maior prazo para elaboração de seu parecer.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e elevada consideração. — Senador Gastão Müller, Presidente.

O Sr. Presidente (Martins Filho) — Nos termos da Emenda Constitucional n.º 22, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo n.ºs 40 e 41, de 1983-CN, e da Mensagem n.º 38 de 1983-CN (7.ª sessão); dos Projetos de Decreto Legislativo n.ºs 47, 52 e 55, de 1983-CN (3.ª sessão), e dos Projetos de Decreto Legislativo n.ºs 48 e 50, de 1983-CN (2.ª sessão).

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 59, de 1983-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer n.º 54, de 1983-CN, vencidos os Senhores Senadores Hélio Gueiros e Marcelo Miranda e o Senhor Deputado Marcelo Cordeiro), aprovando o texto do Decreto-lei n.º 2.013, de 25 de janeiro de 1983, que dispõe sobre o imposto único sobre energia elétrica.

Em discussão o projeto.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Virgildásio de Senna.

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente Srs. Congressistas:

O Congresso Nacional foi convidado a examinar Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, o qual encaminha a esta Casa um decreto-lei versando sobre o Imposto Único sobre Combustíveis.

Aparentemente, Srs. Congressistas, trata-se de um decreto-lei que visa a reduzir as tarifas de energia elétrica e, conseqüentemente, baratear o custo de produção e tornar este insumo acessível a um maior número de brasileiros. Todavia, Srs. Congressistas, esta Mensagem traz, implícito, um compromisso assumido pelo Brasil, no primeiro acordo com o Fundo Monetário Internacional.

Sabem os Srs. Congressistas que o custo da energia elétrica no Brasil, definido quando este País tinha independência, se realiza através do cálculo (Palmas) que é conduzido por um binômio que se expressa pela demanda, como primeiro termo, e pelo consumo, como segundo termo. O custo da energia elétrica, em termos do preço de demanda é fixado via de um contrato firmado pelo fornecedor, ou por via dos piques ocasionais oriundos de demandas excepcionais ocorridas no último trimestre. O que é que esta mensagem traz implícito, Sr. Presidente? É que por força do acordo com o Fundo Monetário Internacional, o Brasil se obrigou a, bimestralmente, rever as suas tarifas e transferir ao povo brasileiro, ao consumidor humilde, os desatinos realizados por este Governo. Bimestralmente, as tarifas de energia elétrica devem ser recalculadas, e suas tarifas conduzidas ao consumidor. A Mensagem que esta Casa examina, ao invés de encaminhar-se para reduzir os custos destas tarifas ao consumidor domiciliar e humilde, procura servir àquele tipo de indústria diretamente voltada para a exportação, e trabalhando com o consumo em piques ocasionais, libera-se do pagamento da cota única sobre energia elétrica, que era de 35%, para reduzi-la a apenas 10%.

O Sr. João Gilberto — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, evidentemente que o PMDB, o meu Partido, não pode nem deve, de nenhum modo, insurgir-se contra uma medida fiscal que visa a baratear e propiciar a amplitude do consumo da energia elétrica. Mas não pode deixar de sublinhar que este ato que o Presidente encaminha a esta Casa não é um ato de soberania. É um ato de submissão aos interesses do Fundo Monetário Internacional que exige semestralmente a revisão das tarifas de energia elétrica.

Concedo o aparte ao nobre Deputado João Gilberto.

O Sr. João Gilberto — Nobre Deputado Virgildásio de Senna, V. Ex.^a aborda com extraordinária visão o que está por trás da essência deste decreto-lei que estamos a apreciar neste momento. Gostaria de chamar a atenção também para um aspecto que eu diria até de técnica legislativa, mas que é um aspecto mais essencial do que a técnica legislativa: é aquele aspecto constitucional de delegação de poderes limitados. Diz o art. 1.º, do decreto-lei, que V. Ex.^a já o situa corretamente, o qual estabelece uma alíquota de imposto menor de 10%. Para quê? Para os “casos de fornecimentos interruptíveis oriundos de ocasional de disponibilidade e potência e/ou de energia”. Até aqui, uma bela citação técnica. Ai vamos ao parágrafo único que deveria definir esta beleza de criação técnica: “fornecimentos interruptíveis, oriundos de ocasional disponibilidade e potência e/ou de energia”. Vamos ao parágrafo único: “para os efeitos dispostos neste artigo” — e aí a gente pensa que ele vai definir — diz: “para os efeitos dispostos neste artigo; fornecimentos interruptíveis oriundos de ocasional disponibilidade de potência e/ou de energia serão, os assim definidos, para fins de aplicação da tarifa”. Quer dizer, mais uma vez ficou lá para a Portaria. Segue a Portaria para o ato, lá embaixo que irá definir; qualquer concessionária vai definir o que a lei quer dizer, e isto é uma barbaridade! Lamentavelmente, a idéia como V. Ex.^a a situou é uma idéia que merece o apoio pelo aspecto que significa reduzir tarifa para o setor produtivo, mas chamemos a atenção para o cúmulo da falta de técnica legislativa e diria, acima disto, para uma delegação que a Constituição proíbe, que é aquela da lei citar uma frase técnica, rebuscada, e dizer que “a definição, para os efeitos deste artigo”. Essa frase técnica rebuscada significará o quê? “For definido para fins de aplicação da tarifa”, quer dizer, na hora de se aplicar a tarifa é que se define o que a lei quer dizer. Isso é uma barbaridade!

O Sr. José Lourenço — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA — Pois não.

O Sr. José Lourenço — Queria agradecer ao Deputado João Gilberto a felicidade de seu aparte e agradecer ao mesmo; S. Ex.^a, pelo menos, não atribuiu ao FMI os erros possíveis de técnica legislativa aqui na redação do decreto-lei. Quanto ao pronunciamento de V. Ex.^a gostaria de dizer que não vejo nada neste decreto, embora o diga a V. Ex.^a que sou contra qualquer tipo de decreto-lei. Acho que isso deveria ser uma Mensagem para ser debatida, discutida, aprovada ou rejeitada nesta Casa. No processo de abertura, acho que nós devíamos limitar, o Governo Executivo devia limitar ao máximo o tipo de ação legislativa que hoje é muito comum, e deixar a esta Casa este processo, porque na verdade ela é fundamental inclusive para a própria vida do Congresso Nacional. Entendo, Deputado Virgildásio de Senna — permita apartear V. Ex.^a e o faço com a maior honra — que este decreto tem o objetivo natural de se economizar e se substituir a energia elétrica — hoje abundante no País — produção nacional, exclusivamente nacional, por petróleo que ainda importamos. E sabe V. Ex.^a que em determinados tipos de indústria, não há dúvida alguma que o acréscimo das tarifas é impeditivo da substituição da energia proveniente do petróleo pela energia elétrica. Acho que neste aspecto o Governo tem a melhor intenção, uma intenção patriótica de preservar, aumentar o consumo de energia que produzimos e temos abundantemente, com sobras, inclusive, para a substituição do petróleo! Sabe

V. Ex.^a quanto ele nos custa e o peso que representa na Balança de Pagamentos deste País. Muito obrigado a V. Ex.^a

O SR. VIRGILDÁSIO SENNA — Gostaria de reiterar o meu entendimento de que este decreto-lei está vinculado intrinsecamente ao problema do acordo com o FMI. Como expliquei, as tarifas de energia se realizam no custo da energia, mais o Imposto Único. O Imposto Único foi definido por uma lei votada por este Congresso, no valor de 35% sobre o valor fiscal da energia e este era o fundo necessário ao desenvolvimento e à implantação das grandes hidrelétricas do País. Quando o Brasil tinha autonomia e optava por um desenvolvimento auto-sustentado era o Fundo Nacional de Energia Elétrica que supria o País dos recursos necessários à elaboração e execução dos seus projetos de energização do País. O que se faz agora é permitir que algumas indústrias, todas elas pelo espírito da lei, voltada à produção de bens industriais destinados ao mercado internacional, ou seja o mercado que propicia a receita para o pagamento aos banqueiros internacionais, que este setor fique exonerado de uma parcela do Imposto Único que deveria servir de matriz econômica para a implantação das redes de distribuição e do setor gerador da energia elétrica no País.

É exatamente por isso que eu identifiquei esta mensagem como uma daquelas diretamente vinculadas ao funesto e lamentável acordo monetário com o Fundo Monetário Internacional, firmado pelo Governo brasileiro ao arrepiado da vontade nacional, sem o conhecimento desta Casa, com cláusulas que o PDS, que se diz partido do Governo e no Governo, conhece apenas pelo jornal e precisa de interpretação dos tecnocratas que não lhe dão assunto, nem atenção, que precisam, a posteriori, explicar o sentido profundo e maligno deste acordo.

Eu gostaria, Sr. Presidente, em relação a este assunto, de trazer à Casa um exemplo histórico ligado à nossa gente, ligado diretamente à história brasileira e que, de certa forma, influenciou e influencia até hoje o desenvolvimento nacional. Um povo irmão nosso, o povo português, em 1703, assinou com o Governo da Inglaterra, que àquela época era sede e fonte fornecedora dos recursos financeiros para todo o mundo, o famoso acordo de Methnen, que até hoje influencia negativamente a história do povo português, a vida do povo português e, em grande parte, na vida do povo brasileiro.

Por esse acordo, que visava a integrar a economia portuguesa, vencer os seus percalços financeiros, toda a indústria portuguesa, então nascente, foi sucutada, como sucutada será a brasileira, se este Congresso não assumir, como deve assumir, clara e soberanamente, suas responsabilidades, e dizer à Nação que rejeita, e rejeita com toda a sua fé democrática um acordo ignóbil, feito à sua revelia, feito à revelia do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Argilano Dario.

O SR. ARGILANO DARIO (PMDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Também, nesta oportunidade, quero congratular-me com os valorosos representantes que novos aqui chegaram, nesta legislatura, trazendo no peito a coragem notável e altamente significativa para uma

luta que iniciamos nos idos de 64, luta de reação contra um estado de fato, contra uma ditadura rotativa que haveria de se impor, como tem se imposto, à vontade do povo, à vontade desta Casa, à vontade do Congresso Nacional. Eis que, logo que se impôs retirou todas as prerrogativas dos Srs. Deputados, dos Srs. Senadores, de pensagem e agirem em defesa de seu povo, do povo brasileiro.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, hoje ou muito antes, continuasse esse poder com as prerrogativas que conhecemos em 63, e não teríamos esta situação caótica, esta vergonha por que todo o povo brasileiro passa, ao ver um entreguismo oficializado desde os idos de 64. Nunca se entregou tanto este País em tão pouco tempo, fazendo uma paródia com a afirmação de Winston Churchill.

O que discutimos, hoje, é uma pequena amostra do que se tem feito aqui contra o povo, do que se tem dito em sentido contrário, através dos áulicos do Governo, mudando ou procurando influir na opinião pública num sentido diferente, quando aqui nós lutamos bravamente para corrigir um pouco do grande mal que se tenta impor a esta Nação.

Mesmo assim, Sr. Presidente, estamos agora às voltas com esse processo enorme do Fundo Monetário Internacional, consequência de uma gama de erros praticados por toda a caminhada desviada do povo pelo sistema que aí está, imposto à vontade do povo brasileiro. Eu me ufano, repito, de ver aqui homens de tanto valor, jovens brilhantes nesta tribuna, que vieram após o nosso chamamento, após o nosso grito de guerra, de um Ulysses Guimarães, de um Oswaldo Lima Filho, que logo em seguida seria cassado, e um extraordinário Freitas Nobre, que como outros companheiros de tanto valor vieram aqui e se postaram após esse chamamento, respondendo ao trabalho do MDB, depois PMDB e hoje Oposição geral, para dizer ao povo que está muito próxima a correção do que se pretende fazer.

O Sr. Hélio Manhães — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ARGILANO DARIO — Pois não.

O Sr. Hélio Manhães — Deputado Argilano Dario, quero registrar nos Anais da Casa, neste exato momento, a retirada do único deputado do PDS, o Líder, Deputado José Lourenço, numa hora em que V. Ex.^a e todos os Deputados da Oposição aqui presentes questionam, discutem uma situação grave e séria como é a intervenção do FMI na economia, nas finanças deste País. Exatamente numa hora dessas, Sr. Deputado, é com tristeza que olhamos para a direita e verificamos o total desinteresse do PDS, de não ter a presença para acompanhar o discurso de V. Ex.^a e participar do debate. (Pausa.) Ainda bem, parece que chega novamente o Deputado José Lourenço. De qualquer maneira, é muito pouco um Deputado do PDS acompanhando os debates desta manhã no Congresso Nacional, no momento em que se estão discutindo os rumos deste País.

O SR. ARGILANO DARIO — Muito obrigado a V. Ex.^a Aliás, nobre Deputado Hélio Manhães, V. Ex.^a é um dos novos brilhantes representantes do povo que aqui chegam para essa luta de reconquista do poder do povo, e há de ver por muitas e muitas vezes muitos dos nossos brilhantes colegas, dos nossos valorosos representantes do Partido Democrático Social retirar-se, como nós assistimos e como nós vimos, essa bancada da direita há de se encontrar presente, até que nós possamos, nesta Casa,

nesta terra, impor à consideração de todos uma Assembléia Nacional Constituinte.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vim à tribuna discutir este projeto que trata dos rumos da energia elétrica. É incrível que agora esteja chegando esta proposição, moldada na vontade do poder situacionista, eis que estamos habituados a ver em nossas casas as contas da empresa que controla a energia elétrica controladas e aumentadas ao seu guante, sem a mínima atenção e sem o mínimo controle do Governo. É bastante que lá se aperte, por forças das injunções do seu próprio Governo, a situação da empresa e, em seguida, aí se encontra o aumento dos custos da energia. Aliás, no que respeita à energia neste País, tudo se movimenta ao jeito e à vontade daqueles que dirigem as empresas. E não poderia deixar de ser assim, porque os que lá estão, tratando do problema cuja solução deveria ser em favor da Nação, o estão fazendo à vontade do Governo, que tem compromissos com as áreas econômicas internacionais. Então, sempre que aperta a coisa, quem paga é o povo. E, agora, o Chefe do Governo vem a público e joga a responsabilidade de todos os males praticados nestes últimos vinte anos sobre os ombros do homem trabalhador daqueles que lutam diuturnamente pela grandeza desta Nação e até mesmo daqueles que não podem trabalhar, nem tem como trabalhar, daqueles outros que nem o salário mínimo conseguem receber onde trabalham, e até mesmo em vários Estados e várias prefeituras, até mesmo na Capital Federal há quem ganhe menos que o salário mínimo. Este mesmo salário mínimo que não dá mais nem para a alimentação, muito menos para as outras necessidades.

Mas, quanto a este problema que se encontra nesta Mensagem, Sr. Presidente, que estamos a discutir, queremos apenas dizer que votaremos contra a medida porque ela não atende as reais necessidades daqueles que usam a energia em todas as suas nuances. Votaremos contra, como temos votado contra as proposições que visam sempre a escravidão cada vez maior da vida, da situação e do poder aquisitivo do trabalhador.

Nós não acreditamos que enquanto não se verificar a descida do alto pedestal de onde se encontram os deuses do PDS, para que entendam a imensa gravidade deste País, o verdadeiro paiol de pólvora em que nos encontramos, o povo passando fome, muitos já se preparando para a tomada da propriedade alheia em razão da fome, da falta de poder aquisitivo em razão do descaso das autoridades. Enquanto não atentar para isso, enquanto não descer do seu estado de grandeza e verificar, não aqui desta Casa, mas através da palavra dos representantes do povo, e lá fora, lá no meio do povo, que realmente é caótica a situação de nossa gente, o Governo não chegará onde pretende.

Já era tempo, Sr. Presidente, de, o Senhor Presidente da República descer do seu pedestal, e com seus líderes, já que os militares se recolheram aos quartéis e estão dizendo que agora a política deve ser tratada pelos políticos, e nos desse a oportunidade, inicialmente ao voto direto, que nós deveremos conquistar, quer queira, quer não queira o Presidente da República, mas, especialmente, para que possamos instalar uma Assembléia Nacional Constituinte sob a direção da Justiça, — sob, enfim, os cuidados daqueles que podem, independentemente de determinadas influências, fazer realizar uma Assembléia Nacional Constituinte.

O Sr. Hermes Zanetti — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ARGILANO DARIO — Pois não. Ouço o aparte de V. Ex.^a

O Sr. Hermes Zanetti — Nobre Deputado, V. Ex.^a está, no momento, tocando num dos assuntos da maior importância. Quando nós estamos aí, assistindo à entrega da soberania nacional, por parte do Governo brasileiro, nós nos perguntamos que legitimidade tem este Governo para fazer as tratativas e as negociações que está fazendo. É importante que se tenha isto presente, porque nós estamos vendo que, na verdade, um Governo ilegítimo, instalado sobre a Nação, está fazendo, em nome da Nação, tratativas para as quais não recebeu procuração do povo. E tanto isto é verdade, que isto vem-se concretizar, à medida em que nós vemos que o dinheiro que entrou para o Brasil não veio beneficiar o povo brasileiro. O povo brasileiro continua, hoje, na miséria mais agravada do que antes de nós vermos o que estamos vendo atualmente. E isto me parece que é a questão essencial que tem que ser abordada aqui, neste momento. Se nós, ao emergirmos desta crise, sairmos para as eleições diretas para a Presidência da República, sairmos para uma Assembléia Nacional Constituinte que há de organizar a vida nacional, nesse momento será constituído o poder político que terá condições de assumir tratativas em nome do povo, porque será constituído em nome do povo brasileiro. Este Governo que aí está não tem essa legitimidade; e a inconsequência de estar no Governo sem a legitimidade lhe permite agir da forma como está agindo, porque sabe que não tem compromissos com o povo, não está interessado com o povo; está interessado, isto sim, em defender os benefícios de meia dúzia de brasileiros mancomunados com o capital internacional. Hoje, 1% dos brasileiros detêm 16,9% da renda nacional, enquanto 50% dos brasileiros mais pobres detêm apenas 12,6% da renda nacional. Então, este é um Governo que sustenta benefícios para uma minoria cada vez menor. Temos 25 milhões de menores abandonados neste País; 7 milhões de crianças na faixa etária obrigatória dos 7 a 14 anos, fora da escola. Para isto não há dinheiro. Tomam-se bilhões e bilhões de dólares emprestados, para que, Sr. Presidente? Para beneficiar uma minoria que detém o mando da força e da política deste País. É contra isso que a Nação, que o povo brasileiro se levanta. Quero congratulá-lo com V. Ex.^a nobre Deputado por haver tocado neste ponto que em nosso entendimento é um dos pontos essenciais e fundamentais que deve deter a atenção e ocupar a mente de quantos ainda queiram e estejam preocupados com o futuro da nossa nacionalidade.

O SR. ARGILANO DARIO — Muito obrigado a V. Ex.^a

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Lembro ao nobre orador que o seu tempo está esgotado.

O SR. ARGILANO DARIO — Vou terminar Sr. Presidente.

Vejam, Srs. Congressistas, que a Nação, ainda estupefata, está aguardando as consequências desse último pacote que a crítica taxa de "pacotão", aguardando, certa de que o pior ainda está por acontecer; aguardando, na certeza de que a sua miséria vai aumentar, porque quem era da classe média vai passar para a pobreza, e quem da pobreza era vai passar para a miserabilidade completa.

A fome Sr. Presidente, está grassando em todo o País; no Norte, pela tremenda seca

que arrasa os nossos irmãos; no Sul, pelas enchentes devoradoras que têm destruído aquela área magnífica de produção e sustentação do nosso povo. Mas o Governo, por tanto tempo centralizando toda a arrecadação dos Municípios e dos Estados, tomando dinheiro emprestado de toda ordem, responsabilizando totalmente a nossa Nação, não teve tempo, por 20 anos, de corrigir o estado difícil, penoso, dos nossos irmãos do Norte do nosso País.

Deixo o meu protesto, Sr. Presidente, contra o pacote, contra a pacotada toda, e peço ao povo de nossa terra que reaja a tudo isso, exija o voto direto, para que nós possamos ter, mais cedo do que se pensa um Presidente da República eleito pela vontade direta do povo, e, logo em seguida, uma Assembleia Nacional Constituinte. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra à nobre Deputada Irma Passoni.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Inscrevi-me para discutir o Projeto de Lei n.º 57/83, mas gostaria de fazer um comunicado, aqui, aos parlamentares presentes. Em São Paulo, os desempregados organizaram comissões em bairros, com o seguinte objetivo: a ELETROPAULO corta a luz de quem não paga a conta, e uma comissão de desempregados, eletricitas, em seguida, faz novamente a ligação, e encaminha memorando à ELETROPAULO dizendo que realmente é impossível sustentar o desemprego pagando taxas altíssimas de luz, por exemplo. Na solidariedade, os trabalhadores encontram a própria saída, e boicotam, fazendo a ligação direta da eletricidade. Também estão fazendo a ligação direta de água, porque são duas coisas fundamentais sem as quais é impossível viver — água e luz. Taxas oficiais a serem pagas por um desempregado não dá.

Agora o Governo manda um projeto de lei diminuindo o Imposto Único sobre energia elétrica, mas esse imposto já devia ter caído há muito tempo. Movimentos fizemos em São Paulo, exigindo que caia de uma vez, porque cada um que pegar a sua conta de luz vai examinar que paga 2/3 da sua conta em imposto. E para onde está indo este imposto? Para a construção de usinas nucleares? Qual é a consequência dessas usinas nucleares? Onde se tem gasto essas fábulas imensas de dólares? A troço de quê?

Há um acordo internacional, e aqui quero me reportar direto a nossa vigília, hoje, contra esta vinda da Comissão do FMI, pela impossibilidade de uma reação melhor, mais eficiente. Em dezembro, o Brasil foi ao FMI, e a Nação dizia: Vão ao FMI, em dezembro, porque o Parlamento está em recesso. Agora, nós estamos em pleno exercício, a Comissão do FMI está aí, e nós parlamentares não temos um poder real para impedir a negociação do FMI, impedir a continuidade do entreguismo nacional, da total dominação internacional, e nós aqui apelamos pela vigília cívica, para protestar, para colocar a nossa posição clara contra isso.

O Sr. Abdias do Nascimento — Permite V. Ex.ª um aparte?

A SRA. IRMA PASSONI — Pois não, nobre Deputado.

O Sr. Abdias do Nascimento — Estamos todos com o que V. Ex.ª acaba de anunciar. Queremos exatamente o acesso a essas discussões. Somos representantes do povo, e o povo não pode ser excluído, arbitrariamente, de uma discussão que é fundamental para a construção de um futuro de melhor

qualidade, para este grande povo que está tão sacrificado, tão espezinhado por essas leis arbitrárias, por essas leis que vêm de cima, por essas leis que não ouvem o clamor do povo. Felicito V. Ex.ª por essa posição intransigente contra esta sigla maldadada que é o FMI. Muito obrigado a V. Ex.ª

A SRA. IRMA PASSONI — Nobre Deputado, acho que nós temos que ir não só contra as siglas. O Governo brasileiro vai ao Fundo Monetário Internacional, faz um acordo, não debate com a Nação os reais objetivos. O que está claro para nós são as consequências dessa ida ao Fundo Monetário Internacional. Isto está muito claro, porque o desemprego está em massa. Ontem, tivemos, novamente, uma outra manifestação no Largo 13 de Maio, em São Paulo, porque o desespero é total. Não é possível uma família ficar 3, 4 anos desempregada. Onde é que ela vai recolher o mínimo para subsistir. O trabalhador desempregado já vendeu a casa, os móveis, já dorme no chão. Apelar para o que para sobreviver? Não há possibilidade.

Na semana passada, conversando com um Deputado do PDS, perguntei-lhe: Onde é que os Srs. querem chegar? A sua resposta foi: queremos chegar é que nunca a Oposição tome o poder. É aí que queremos chegar. Essa foi a resposta que me foi dada. O que sabemos é que para chegar ao poder, a Oposição não vai depender do Partido do Governo, vai depender da vontade nacional e das iniciativas que tivermos, pequenas, firmes, constantes, para resistirmos à destruição da nossa Nação, do nosso povo, sob a nossa complacência.

Não seremos complacentes jamais, gritaremos aqui, em praças públicas, tentaremos ter iniciativas reais, para que a Nação se levante.

Temos uma Nação imensa, um povo que realmente constrói este Brasil e que realmente quer uma saída de paz, mas a paz na injustiça, no entreguismo que esse Governo está fazendo da nossa Nação não é possível. Com a guerra do desemprego, com a concentração da terra, com a fome e com a miséria, que todos os Srs. Deputados que me antecederam já colocaram, não é possível se construir uma paz e uma Pátria.

Portanto, a nossa posição de vigília, hoje, tem que ser realmente engrossada por todos os parlamentares que realmente se consideram representantes do povo. Que todos se posicionem, se coloquem diante dessa situação porque isso é humanamente impossível. Se não construirmos aos poucos essa resistência, o povo realmente irá cobrar no dia-a-dia da nossa posição, como parlamentares eleitos. Ele cobra de nós: "Final de contas, o que o Parlamento está fazendo sobre isso? A fome está aí. Que vocês estão fazendo?" Acho que cabe no mínimo essa iniciativa de hoje, porque realmente a nossa resistência tem que começar também aqui dentro. Começa nas ruas, nos sindicatos, nos movimentos populares, mas aqui também temos a nossa tarefa.

O Sr. Hélio Manhães — Deputada Irma Passoni, queremos nos associar a V. Ex.ª pelo seu discurso. E lembrar um fato recente. Nós poderíamos ser exatamente, hoje, uma maioria parlamentar. E as teses que V. Ex.ª defende contra entregar o País ao FMI, entregar o domínio das nossas decisões na área econômica e social, quando V. Ex.ª traz à consideração desta Casa problemas graves que ocorrem em São Paulo — desligamentos de luz do trabalhador, o trabalhador que não tem um fundo qualquer de uma assistência efetiva no seu desemprego, e aquilo que mais agride o trabalhador desprotegido hoje neste País — o PTB, que fez um negócio com o PDS, com o Governo Fe-

deral, por migalhas, por algumas vantagens mais imediatas e pessoais, poderia defender teses como essa de V. Ex.ª, que poderiam socorrer o trabalhador na sua aflição e no seu sofrimento. E mais do que isso, pense bem, Deputada Irma Passoni, se nós fossemos agora, exatamente, nesta Casa, uma maioria parlamentar, quanto que nós poderíamos lutar e evitar que se fizesse qualquer ato contra os interesses deste País. É bom lembrar dessas coisas. Quero, em nome da Liderança do PMDB, dar parabéns a V. Ex.ª pelas colocações que faz neste momento.

A SRA. IRMA PASSONI — Agradeço a V. Ex.ª o aparte.

Para que nós possamos realmente continuar a nossa vigília, eu não usarei do meu tempo total, para que nós possamos dar continuidade a outro projeto. Que realmente a nossa vigília tenha continuidade. Que nós façamos aqui o verdadeiro sentido da resistência, que também começa por esse simples gesto, em que cada um de nós está disposto a enfrentar aqui, com unidade em torno da questão fundamental, que é a destruição desta Nação nessa ida ao FMI, pondo inteira responsabilidade nesse Governo, nessa equipe econômica, nessa política construída sem a nossa participação, sem a participação do povo brasileiro, que até hoje não foi consultado absolutamente para nada, principalmente sobre como deveria ser a saída para a construção da nossa Pátria, que nós somos capazes de construir.

A medida que se exclui o povo brasileiro da discussão, evidentemente que esta Nação vai para o caos. Mas isto nós não queremos. Esta é a nossa primeira iniciativa da resistência que tomamos aqui, em unidade com os partidos de Oposição. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a discussão.

O Sr. José Lourenço (PDS — BA. Pela Ordem.) — Sr. Presidente, de acordo com o art. 29, § 2.º, do Regimento Comum, e diante da evidente falta de número, eu pediria a V. Ex.ª o encerramento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 25 minutos.)

Ata da 178.ª Sessão Conjunta, em 14 de junho de 1983

1.ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47.ª Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

AS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Dinarte Mariz — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Benedito Ca-

nelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Affonso Camargo — Enéas Faria — Carlos Chiarelli — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolpho Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athaide — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jaime Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moyses Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Alvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcisio Buriti — PDS.

Pernambuco

Airton Rios — PDS; Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocência Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Mansueto de Lavoura — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fluzza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Seixas Dória — PMDB.

Bahia

Afrisio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Ana — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Sant'Anna — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Argilano Dario — PMDB; Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Mirthes Bevilacqua — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferrazo — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Aroldo de Oliveira — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peganha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio

Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jíulio Caruso — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Eudes — PT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PMDB; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castenjon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emídio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Ozanan Coelho — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabullini Júnior — PTB; Felipe Cheidde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nohre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Giólia Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; Ivete Vargas — PTB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoíno — PT; Maluly Neto — PDS; Marcelo Gato — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Maluf — PDS; PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Ro-

berto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristina Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furta — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Mathews Schmidt — PDT; Nadir Rosseti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Prati de Moraes

— PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 51 Srs. Senadores e 465 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A cada presença dos homens do FMI no Brasil, nós sentimos que se entregam fatias cada vez mais substanciais de nossa soberania, e de nossas riquezas, à sanha e à ganância dos interesses dos banqueiros internacionais.

Entregamos parte do nosso solo, das nossas riquezas, mas o que é pior, parte do nosso destino; a cada vinda do FMI, somos menos senhores do nosso próprio futuro.

O FMI percorre Ministérios e repartições de Governo, têm acesso a dados e a documentos que nós brasileiros, ou que nós parlamentares, representantes de parcelas da vontade popular, simplesmente não temos.

Circulam os seus representantes pelos corredores do Poder com a desenvoltura e o desembaraço de donos, de proprietários particulares de uma Nação inteira. Impõem vontades e decisões que afetam a vida de milhões de brasileiros, sempre para aumentar a carga de sacrifício das categorias assalariadas, sempre para determinar medidas que provocam o enfraquecimento da empresa nacional e o conseqüente fortalecimento das transnacionais em nosso país, sempre para intervir em profundidade nos rumos de nossa economia.

O mesmo Governo que grita contra a intervenção exagerada do Estado na economia, escancara as portas dessa mesma economia, para a penetração dos interesses das multinacionais.

O semanário **Pasquim** desta semana, transcreve um artigo de 15 de março da revista americana **Executive Intelligence Review**, no qual, com antecipação, os jornalistas Dennis Small e Mark Sonnenblick, descrevem a saga da economia brasileira (e de outros países) para se enquadrar nas diretrizes do FMI.

Está prevista ali a receita do Fundo Monetário Internacional para submeter a economia brasileira aos seus ditames, previsão esta que se confirmou nos meses subseqüentes, e se confirma, mais uma vez agora, com as novas negociações Governo—FMI.

Eis o receituário, em resumo:

— incentivar novas desvalorizações de impacto;

— reduzir drasticamente as importações;

— aniquilar a força de trabalho, através da espoliação salarial;

— reduzir o crescimento da população;

— acabar com os projetos industriais de grande porte;

— eliminar todo apoio à agricultura e à indústria;

— encorajar os investidores estrangeiros a adquirir o controle das empresas brasileiras em crise.

Isto significa, mais resumidamente, passar atestado de óbito à nossa economia, uma condenação do povo brasileiro aos efeitos da crise, e a renúncia do nosso país ao progresso, ao desenvolvimento e a nossa soberania.

Nós queremos dizer que se o Governo, e o seu Partido, aceita a submissão, a entrega, a renúncia à nossa soberania como Nação e como povo, nós, Parlamentares de Oposição, não aceitamos, nós denunciaremos, nós protestamos, nós afirmamos que queremos o Brasil para os brasileiros, nós não queremos mais sacrifícios, nós não renunciaremos aos ideais libertários, nem à construção de um novo País, de uma nova sociedade, livre e justa.

Por isso, estamos em vigília.

Como Congresso Nacional, sobretudo, não podemos admitir, que decisões cruciais deste tempo duro e difícil, sejam tomadas à revelia da Nação, em gabinetes herméticos, sem audiência da sociedade, e passando ao largo desta Casa, como se ela não existisse ou como se a sua existência não fosse reconhecida.

A hora é agora! Basta de entreguismo! Basta de sacrifícios para o povo! Basta de FMI! Nós exigimos a retomada, para as mãos dos brasileiros, do futuro e do destino do Brasil!

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Márcio Santilli.

O SR. MÁRCIO SANTILLI (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras e Srs. Congressistas:

Vivemos num grande País, de 8.500.000 km² de terras, e que podem ser plantadas e gerar o alimento à subsistência necessária para os milhões de brasileiros.

Temos, hoje, o 10.º parque industrial do mundo, uma população de 120 milhões de brasileiros jovens, com idade, vontade e necessidade de trabalhar. Temos uma economia em nada desprezível.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vemos a nossa Nação sendo empurrada, passo a passo, rumo ao abismo do descrédito, da frustração, da pobreza, da miséria e da injustiça social. E vemos, ao longo do processo de formação das bases de sustentação da economia nacional, uma entrega progressiva das nossas riquezas e dos nossos recursos aos interesses inconfessáveis dos estrangeiros. Inicialmente, a implantação gradativa do capital estrangeiro. Posteriormente, a quebra e a violação dos princípios mais elementares da nossa lei de remessa de lucros. A quebra do monopólio estatal do petróleo. A desnacionalização progressiva e crescente das nossas riquezas nacionais. E vemos, finalmente, o País sendo entregue, de forma brutal, de forma desumana, de forma inconsciente, aos interesses e aos ditames do sistema financeiro internacional.

Hoje, Sr. Presidente, temos a presença em nosso País, em nossa Capital, de uma Delegação de funcionários do Fundo Monetário Internacional que, não satisfeitos com as concessões já feitas, vêm nos pedir mais,

vêm nos pedir que nos coloquemos ainda mais de joelhos diante desse sistema financeiro internacional, fazendo com que aqueles resquícios, aquele resto de soberania que restava ainda a este País seja, agora, posto na bandeja e entregue a esses senhores, representantes do capitalismo internacional e que não têm nada a ver com os interesses mais legítimos e os anseios mais sentidos da nossa Nação.

Sr. Presidente, é com o mais veemente repúdio que as Oposições brasileiras e esta Casa, no dia de hoje, se colocam de prontidão, numa manifestação simbólica, é verdade, mas contundente de vigília, em protesto, contra a presença desses que vieram aqui para participar do leilão da Pátria. Não podemos admitir que o governo brasileiro continue procedendo dessa forma irresponsável e fazendo com que, pouco a pouco, se esvaia aquele resto de brasilidade, aquele resto de desejo, de luta pelo crescimento da economia nacional e melhor condição de vida da população brasileira.

Sr. Presidente, deixamos registrado da tribuna desta Casa o nosso repúdio, pois não sabemos quando o Governo brasileiro pretende parar com essa política entreguista que, de há muito, infelicitava a Nação brasileira e que agora as Oposições brasileiras e o povo brasileiro exigem que sejam repensadas, e redirecionados os objetivos principais da nossa formação econômica.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ibsen Pinheiro.

O SR. IBSEN PINHEIRO (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Algumas vozes nesta Casa, da tribuna, mas especialmente nos corredores, algumas vozes, oriundas do Partido do Governo, buscam, em cima da crise que vive o País, insinuar riscos de fechamento político, ameaças de ditadura, quando não, claramente, dizer que a ordem é condição para a solução da crise econômica e que a ordem é sinônimo de arrocho das instituições políticas.

Bastaria, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, uma ligeira olhada para o passado recente deste País para que os fatos comprovem de que se não é a liberdade o regime para resolver os problemas sociais e econômicos de uma Nação, seguramente não o é a ditadura militar. A ditadura imposta ao País nos anos mais negros do autoritarismo produziu o resultado que aí está e durante 19 anos a vontade incontestada do poder absoluto ditou os termos da política econômico-financeira, sem contraste possível. O resultado aí está, à vista desta Nação e do mundo. Churchill dizia, Sr. Presidente, Senhores Congressistas, que "a democracia é o pior de todos os regimes, com exceção de todos os demais". Senão em liberdade, senão pelo fortalecimento das instituições, que outro caminho haverá, que outro caminho restará a esta Nação se não aquele de consultar a sua própria vontade e, através dela, buscar os caminhos e as soluções? Não! Os fatos comprovam, isto sim, que a sonegação da liberdade e o estrangulamento da instituição pública estiveram na origem e estão na causa mesma das dificuldades impostas à Nação.

É por isso, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é exatamente por isso e não por outra razão que as Oposições nacionais, nesta Casa e fora dela, identificam a crise com a sua causa, o poder político ilegítimo e identificam o caminho para a solução com a

solução política que as Oposições apontam, através do restabelecimento da instituição política, na sua integralidade, isto é, da devolução ao povo brasileiro do direito integral de conduzir os seus próprios destinos. Pregadores da desgraça, pregoeiros que são da destruição da instituição política, são exatamente aqueles que se acumpliciaram, por vantagens, por medo, ou lá o que seja, aos 19 anos de arbítrio. A voz das Oposições, clara e firme, nesta Casa, Sr. Presidente, realmente, vincula a luta contra as causas da crise econômica e social à luta indispensável pelo restabelecimento da plenitude da convivência democrática, como condição única e inafastável para que se encontre o caminho da solução da crise econômica e social que se abate sobre a Nação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Artur Virgílio Neto.

O SR. ARTUR VIRGÍLIO NETO PRO-NUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O Sr. Joacil Pereira — Peço a palavra, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joacil Pereira.

O SR. JOACIL PEREIRA (PDS — PB. Pela ordem.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Com fundamento no art. 29, § 2.º, do Regimento Comum, uma vez que não há um sexto de Deputados e de Senadores no recinto, requeiro a V. Ex.ª que declare encerrada esta sessão.

O Sr. Hélio Duque — Peço a palavra para uma comunicação de liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hélio Duque, para fazer uma comunicação urgente de Liderança.

O SR. HÉLIO DUQUE (Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A comunicação de liderança e urgência que o PMDB quer fazer é para, mais uma vez, lamentar os níveis a que a coisa pública veio a chegar, neste País.

Veja, Sr. Presidente, ainda há pouco, compulsando algumas anotações, encontrei uma edição do *Jornal do Brasil*, do dia 1.º de maio de 1983. Nele, em página inteira, está uma entrevista do mais importante banqueiro alemão, que é o Presidente do Deutsche Bank. E esse ilustre banqueiro transcreve "um fato". Nobre Líder do PDS, diz o banqueiro: "Há três anos, mais ou menos, quando Delfim Netto me visitou, aqui, em Frankfurt, perguntei por que ele não ia ao Fundo Monetário Internacional? Delfim Netto, então, relacionou os motivos contrários, pois, em sua opinião, seria um sinal de fraqueza e seriam impostas condições, por parte do FMI, politicamente inaceitáveis pelo Brasil".

Veja, Sr. Presidente, há três anos. Talvez fosse esse o instante de o Brasil ir ao Fundo Monetário Internacional, porque o ato de ir ou não ao Fundo isso, absolutamente, não é questão de grande relevância. Uma Nação pode, como o Brasil tantas vezes já foi, ir ao Fundo Monetário Internacional; mas o País, para ter a capacidade

de barganha, a capacidade de negociação, é preciso que tenha reservas. E quais as reservas que o Brasil tem hoje? As reservas nacionais, Sr. Presidente, em termos reais, estão zeradas. Contabilmente, contudo, os tecnocratas expressam reservas da ordem de quatro bilhões de dólares. Existe, contabilmente, mas não existe realmente, porque são dívidas que nós temos para com outros países, onde inexistente liquidez. Faz parte, por exemplo, dessas reservas, o quase um bilhão e setecentos milhões de dólares da dívida externa na Polônia para com o Brasil, e também com relação a outros países que, antes de atingirem um nível de liquidez, torna-se de todo impossível computar em termos reais, Srs. Congressistas, a existência das reservas por parte do Brasil.

É por isso, Sr. Presidente, que hoje está aí o grupo do Fundo Monetário Internacional, aqui em Brasília, desde ontem, e lá, no Rio de Janeiro, desde o último sábado, a determinar regras de comportamento, a impor medidas. Arrogantemente, Sr. Presidente, ainda ontem, um tecnocrata chileno, funcionário do FMI, de nome Thomas Reichmann, dizia que precisava vasculhar, numa auditoria imediata, as contas da PETROBRAS, porque, pelas informações que possuía, estavam sendo manipuladas. E o pior é que estavam, Sr. Presidente! Veja V. Ex.ª que o Sr. Viacava, responsável pela CACEX, dava o resultado superavitário do mês passado um pouco acima de 600 milhões de dólares e, no mesmo dia, era um Diretor da PETROBRAS que dizia que parte deste superávit fora obtido a partir de contenção de importações por parte da PETROBRAS, de algo em torno de 200 milhões de dólares de petróleo.

Sabem V. Ex.ªs Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que, de há muito, diagnosticou-se que este País devesse ter uma média de 90 dias de estoque de combustível, fazendo parte da efetiva segurança econômica deste País. O Brasil, hoje, não tem estoque que atinja 45 dias. E quero, aqui, louvar o Conselho de Segurança Nacional que, há cerca de duas semanas, vetou uma proposta indecorosa partida da SEPLAN, no sentido de que o País reduzisse o seu nível de estoque para 19 dias. Essa proposta não passou, Srs. Congressistas, foi vetada. Mas o que acontece? Por que o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, com a solidariedade dos Partidos autenticamente de Oposição, com a participação, num documento subscrito, de alguns Parlamentares do Partido governista, declara aqui essa vigília? Não o fazemos com nenhum sentido de xenofobia, não o fazemos para manifestar nenhuma posição de agressão à missão do Fundo Monetário Internacional, mas o fazemos porque da maneira e do modo como se encaminha, hoje, todo esse processo de negociação se atinge, e se atinge fundo e forte, a própria soberania nacional.

Veja V. Ex.ª, eu tenho ali na pasta e não exibo porque o documento já é conhecido desta e da outra Casa. Trata-se da seção 8.5, que faz parte do acordo com o Fundo Monetário Internacional, naquele que seria o Programa n.º 2, em que nós abdicamos, conflitando com o próprio Texto Constitucional, conflitando com o próprio art. 216 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, o qual define que nas questões de soberania nacional é o Supremo Tribunal Federal que se deve manifestar.

Hoje, ainda, aqui, o Deputado João Gilberto hominava que nós temos hoje, também, o nosso Banco Central, que não é um banco qualquer, é o banco maior da nacionalidade, aceitando, através de compro-

missos escritos, a escolha de foros como o de Nova Iorque e a Alta Corte de Londres, para dirimir dúvidas com relação a interesses brasileiros.

Ora, Sr. Presidente, por tudo isso é que faço esta comunicação urgente, já que por uma manobra regimental a Bancada do Partido Democrático Social, aqui, pelo nobre Líder, o Deputado Joacil Pereira, manifestava o desejo de não continuar a ouvir a cantilena da Oposição.

Nobre Deputado Joacil Pereira, com o respeito que mantemos nas nossas relações nesta Casa, saiba V. Ex.^a que o clamor popular que está em praça pública é infinitamente maior, porque não existe a limitação regimental para a linguagem cortês. O povo deste País está desesperado, está vivendo numa situação de insegurança, de incerteza, de perplexidade, de fome, de miséria e vendo este País ser leiloado, Sr. Presidente.

O Sr. José Fogaça — V. Ex.^a me permite?

O SR. HÉLIO DUQUE — Ouço com muita satisfação o nobre Deputado José Fogaça.

O Sr. José Fogaça — Nobre Deputado Hélio Duque, V. Ex.^a vai exatamente ao cerne, ao ponto central da questão. O que estamos denunciando, hoje, nesta atitude cívica dos Parlamentares brasileiros é a criminosa alienação da soberania nacional, praticada pelos Ministros brasileiros dos últimos anos. E a entrega da soberania nacional não se faz apenas permitindo que tropas estrangeiras invadam as nossas fronteiras. A traição aos interesses pátrios também se faz quando se permite a condução de um País a uma política econômica que é radicalmente entreguista e antinacional. E é bom lembrar aos Deputados, que defendem com tanta ênfase esse Governo que nós atingimos realmente um superávit na balança comercial. Em 1980, o nosso superávit foi de 12,8 bilhões de dólares; em 1981 foi de 1,2 bilhões de dólares; em 1982 foi de 0,5 bilhão de dólares; ou seja, este País, nos últimos anos, apresentou um superávit, na sua balança comercial, vendemos mais do que compramos. No entanto, entre 1978 e 1983, a dívida externa brasileira dobrou de 43 para 87 bilhões de dólares. E isto significa que o processo de endividamento, gerido pelo Ministro Delfim Netto, foi propositalmente, foi intencionalmente, foi conscientemente de modo a alienar a soberania deste País. É isto que queremos denunciar, é isto que queremos, de forma veemente, marcar nesta atitude que hoje tomamos. V. Ex.^a, com dados, com seriedade, desta tribuna, dá uma verdadeira aula. Aula que o PMDB tem dado sistematicamente neste plenário. E é bom que o Deputado José Lourenço ouça essas aulas, aproveite-as, porque, inclusive, V. Ex.^a, que é um professor universitário, sabe perfeitamente que não nos é costumeiro ter alunos desta idade. Muito obrigado.

O SR. HÉLIO DUQUE — Agradeço o aparte do nobre Deputado e quero dizer que, no instante em que se projeta o superávit comercial, eu gostaria de destacar que, no ano passado, a globalidade do comércio exterior brasileiro esteve pouco acima dos 20 bilhões de dólares, em 1982, e somente o serviço da dívida, juros mais amortização, teve um peso de 18 bilhões e 200 milhões de dólares. E tem mais, veja V. Ex.^a, nobre Deputado José Fogaça, que nós tivemos a curiosidade de programar o computador, aqui nesta Casa, e admitindo a realidade de todos os dados da Carta de Intenção, junto ao FMI, admitindo o superávit de 6 bilhões de dólares, para 1983,

e um crescimento médio de 10% até o ano 2000, nós teríamos um superávit de 30 bilhões de dólares, mas num comércio exterior que deveria se situar, globalmente, em torno de 150 bilhões de dólares, eis que a necessidade de algo em torno de 90 bilhões de exportação, com 60 bilhões de dólares com importação. Mas isso teria, também, a necessidade do produto brasileiro, que hoje está em torno de 300 bilhões de dólares, estar nunca inferior a 1 bilhão e 400 milhões de dólares. E fazendo face a todos os compromissos, ao pagamento do serviço da dívida, sabem V. Ex.^{as} a quanto estaria a dívida externa? Diz o computador: 631 bilhões de dólares. Veja V. Ex.^a que o caminho não é por aí, o caminho é o da moratória negociada que, mais dias, menos dias, neste País virá.

O Sr. Roberto Jefferson — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. HÉLIO DUQUE — Ouço com muita satisfação o nobre Deputado Roberto Jefferson.

O Sr. Roberto Jefferson — Deputado Hélio Duque, inicialmente, quero parabenizá-lo. E quero chamar a atenção dos nossos colegas parlamentares para as galerias, que estão cheias de estudantes de biomedicina, bioquímica, farmácia, e que estão assistindo, hoje, aqui neste plenário, no momento em que o PDS faz coro profundo — aliás, vou explicar melhor, coro para o Fundo — a reedição de institutos que a Constituição já havia abolido há muito tempo. Veja bem, nós assistimos ainda, durante a Ordem do Dia, ao Deputado do PDS, João Lourenço, gritando, berrando da tribuna, na tentativa de justificar o FMI. O Delfim não tem fundos para o FMI, mas hoje não veio à Câmara, fazendo sala para o Fundo Monetário Internacional...

O SR. HÉLIO DUQUE — Os negócios do Ministro do Planejamento são muito amplos...

O Sr. Roberto Jefferson — E, nobre Deputado Hélio Duque, ele usou o velho estratagemas do arbítrio, quando na época dos seqüestros, das violências, dos assassinatos nos porões, as autoridades, pressionadas, diziam: "estamos cumprindo ordens superiores". O Deputado João Lourenço, que hoje se auto-elegeu Ministro Multinacional do Planejamento, falando em termos de economia, veio dizer...

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) (Faz soar a campainha.) — O tempo do orador está encerrado. Peço a V. Ex.^a que encerre o seu aparte.

O Sr. Roberto Jefferson — Eu gostaria de encerrar o aparte, Sr. Presidente. Então, continuo: veio dizer que a culpa da economia está no comércio do mundo. E agora, na lista de oradores para o pequeno expediente, Deputado Hélio Duque, há 8 ou 10 companheiros da Oposição nessa vigília que fazem contra o FMI, no Brasil. A Liderança do PDS, através de Joacil Pereira, no meio do horário para breves comunicações, vem e pede, baseado no Regimento, que pela ordem a Mesa observe se há quorum para que suspenda a sessão. De novo se reeditou a cassação da palavra, instrumento de arbítrio dos parlamentares que aqui estão, muitos que não conseguem falar, e que por vezes permanecem na fila, nessas noites insônes que passam, na tentativa de algo dizer, e ele cassa a palavra, pedindo, com base no Regimento — e a gente sabe que ele existe. E as cassações de mandatos também tinha base no AI-5; era legal, mas não era democrático e não era moral. E essa é a lição que levam hoje esses estudantes, do

dia inteiro, de atitude da Bancada do PDS que, procurando justificar o Fundo, esqueceu-se de que no fundo está o Brasil.

O SR. HÉLIO DUQUE — Agradeço o aparte de V. Ex.^a que sintetiza muito bem a angústia de um poder que não é poder, e que no instante em que pode exercer o poder da palavra, a velha mentalidade autoritária prevalece, e em termos regimentais. Mas observe-se que há presença de parlamentares, às dezenas, das Oposições, exatamente onde neste instante não se encontra um só parlamentar do Partido do Governo, à exceção, Sr. Presidente, de V. Ex.^a, que preside esta sessão, do Partido do Governo.

Indago a V. Ex.^a, Sr. Presidente, se o art. 6.º, para uma comunicação urgente de liderança me assegura 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — V. Ex.^a começou a falar às 18 horas e 56 minutos. E o tempo de V. Ex.^a foi até às 19 horas e 16 minutos.

O SR. HÉLIO DUQUE — Então eu ainda detenho 4 minutos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — V. Ex.^a tem razão. Houve um equívoco da Mesa.

O SR. HÉLIO DUQUE — Muito obrigado. (Palmas.)

Digo, Sr. Presidente, continuando, que V. Ex.^{as}, Deputados José Fogaça e Roberto Jefferson que me apartearam, olhem a dramaticidade do momento brasileiro, que é de tal ordem que é o Sr. Afonso Arinos quem, nas páginas amarelas da Revista *Veja*, do dia 9 de março de 1983, dizia o seguinte:

"Arinos — É uma crise sem precedentes, tanto pela natureza dos problemas econômicos da conjuntura internacional como pelo fracasso interno do sonho desenvolvimentista. O que estamos enfrentando agora? Não é uma crise política com ameaças de motins ou de insubordinação militar, desordens e levantes, como acontecia na Primeira República. Também não é a crise pela violência e pela repressão, como foi comum depois de 1964. É uma desorganização do País sem precedentes históricos."

E em cima dessa desorganização global é que as aves de rapina da polícia internacional dos banqueiros, que é o Fundo Monetário Internacional, se encontra em Brasília, desde ontem, para, iniciado os seus trabalhos hoje, agredir a soberania deste País, Sr. Presidente, a mistificar.

É também o professor Afonso Arinos que diz, em certo trecho dessa sua entrevista, a respeito da onisciência da tecnologia; diz S. Ex.^a que é um dos pensadores lamentavelmente muito pouco ouvido no Partido Democrático Social. A uma pergunta da Revista:

"*Veja* — O senhor segue um governo mais flexível às pressões sociais?" Ele responde:

"O governo faz muita besteira sozinho. Os rapazes que estão lá podem ser inteligentes. O Delfim, o Langoni devem ser competentes. Mas asseguro que hoje, neste instante, no Congresso Nacional, há pelo menos quarenta pessoas tão competentes quanto eles. Eu vivi lá, sei o que estou dizendo. É evidente que, dentro da sociedade brasileira, há sugestões que o governo precisa recolher."

Uma dessas sugestões, Sr. Presidente, poderia ser a continuidade desta sessão, desta vigília cívica, desta virgília que as Oposi-

ções hoje aqui programaram — insisto mais uma vez — com solidariedade, também, de parcelas de parlamentares do Partido oficial. Neste instante, o que estamos discutindo é a hipoteca do amanhã deste País. Estão hipotecado não o já, agora, dos nossos dias, mas quem sobe, talvez, estão a hipotecar o amanhã dos nossos filhos ou talvez dos nossos netos.

E veja, Sr. Presidente, a principal missão do Fundo Monetário Internacional aqui, hoje, e o que vai no decorrer desta semana, é exigir o expurgo do INPS em relação ao salário. E tenta-se dizer que há unanimidade. Não falo aqui, agora, pelos segmentos dos assalariados e dos trabalhadores, não! Quero me reportar, o que já fiz hoje na sessão da Câmara, Sr. Presidente, numa comunicação de liderança. Hoje deve ter desembarcado, aqui, tecendo loas à missão do Fundo Monetário Internacional, o Sr. Luiz Eulácio de Bueno Vidigal, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, dizendo que se tem que desindexar o INPC. Desindexação para eles é através do salário. Mas, com muita satisfação, a diretoria da FIESP, através do empresário Paulo Francini, diz aqui que para se desindexar é preciso se desindexar a economia como um todo, ficando o capital como o primeiro setor a ser penalizado, e o salário como o último. Não é a proposta do Deputado Airton Soares, grande e valeroso companheiro, Líder do Partido dos Trabalhadores, é um porta-voz do próprio segmento empresarial, que contesta a própria razão de ser, e o Governo deve recolher substância, subsídio sobre isso.

Veja, Sr. Presidente, no último final de semana, na cidade de São Paulo, foi realizada uma reunião de alguns empresários que têm peso expressivo no Produto Interno Bruto brasileiro; eis o nome de alguns deles:

“O presidente dos Estaleiros Mauá, Paulo Ferraz; do BRADESCO, Lázaro de Mello Brandão; da VARIG, Hélio Smidt; da SHELL, Abel Caparelli; da MESBRA, André Debouton; das Refinações de Milho Brasil, André Miguel Osler; da Alcoa, Alain Belda; da Alpargatas, Keith Bush; da Cica Rodolfo Bonfiglioli; Carlos Antiche da Sanbra; e da Souza Cruz, Alan Long, acompanhando seu sucessor, Ken Summer.”

E sabe o que esses empresários definiram, Sr. Presidente? Algo totalmente diferente ao que o Presidente da FIESP, nobre Deputado Joacil Pereira, vem aqui hoje anunciar. O que esses empresários disseram foi o seguinte:

“Há mesmo quem admita que a desindexação possa começar pelo lado do capital, para depois chegar aos salários. E, nos salários, imagina-se que seria possível minimizar as perdas dos trabalhadores que ganham menos.”

É uma proposta de expressivo segmento do empresariado nacional. Mas se formou um lobby, em que a consulta à sociedade nacional passa a ser uma consulta unilateral. Consulta à sociedade nacional é ouvir, por exemplo, o Sr. Mário Garnero, hoje um privilegiado *office-boy* dos interesses multinacionais deste País, que chega a um nível tal que, hoje, o cidadão — e sinceramente, Sr. Presidente, não me recordo o seu nome, mas é um financista norte-americano — cidadão que recuperou a cidade de Nova Iorque de um processo de desestruturação financeira; que defendia uma reestruturação global da dívida externa brasileira com a média de 8 anos, com taxa de juros de 6%. E o Sr. Mário Garnero disse: “Seis por cento não, precisa ser de doze”.

Esse cidadão precisa renunciar à própria cidadania brasileira, porque é na verdade um porta-voz, um *office-boy* privilegiado dos interesses multinacionais.

Concluo, Sr. Presidente, para dizer que nesta Casa, neste Congresso Nacional, e sei, nobre Líder do PDS, que há parcerias expressivas do Partido de V. Ex.^a que haverá de concordar com esta posição. Vi aqui, há pouco, quando começava a falar, o nobre vice-líder econômico do Governo no Senado, o Senador Virgílio Távora; e se S. Ex.^a me ouve, neste instante, quero que saiba que fiquei muito gratificado quando li, ontem, um pronunciamento de S. Ex.^a, quando dizia: “Desindexar salário, não! Ou se faz desindexação global, como um todo da Economia, ou não se parte para desindexar, penalizando mais as camadas assalariadas de trabalhadores deste País.”

Concluo, Sr. Presidente, para dizer que é muito lamentável. Pretendíamos que esta sessão, hoje, se estendesse até às 23 horas, não para descer a um nível de linguagem, nem tampouco de deselegância parlamentar de agredir a quem quer que seja, mas é que muitas vezes somos tomados, até, de uma ira santa, quando se trata de defender a soberania nacional, leiloada, neste instante, diante de um País que se vê perplexo pelos interesses da Nação, mas de um Estado que se considera forte, mas é um Estado fraco, que de pires na mão e ajcelhado, pede amém hoje à polícia dos banqueiros internacionais. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Srs. Congressistas, o nobre Deputado Joacil Pereira, com base no art. 29, § 2.º do Regimento Comum, requer a suspensão da sessão por falta de *quorum*. Diz o art. 29:

“A hora do início da sessão, o Presidente e os demais membros da Mesa ocuparão os respectivos lugares; havendo número regimental, será anunciada a abertura dos trabalhos.”

O que foi feito. O § 2.º diz o seguinte:

“No curso da sessão, verificada a presença de Senadores e de Deputados em número inferior ao mínimo fixado no art. 28, o Presidente encerrará os trabalhos *ex officio* ou por provocação de qualquer Congressista.”

Ex-officio, esta Presidência vai determinar a chamada dos Srs. Congressistas.

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Roberto Freire.

O Sr. Roberto Freire (PMDB — PE. Pela ordem) — Eu solicitaria de V. Ex.^a, com base no Regimento Interno do Senado, que se dignasse acionar as campanhas durante 10 minutos, uma vez que essa providência não existe no Regimento Comum. Parece-me que essa é uma praxe do Senado, que eu solicitaria de V. Ex.^a nesta sessão de Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O Art. 180, § 3.º, do Regimento Interno do Senado, agasalha o requerimento de V. Ex.^a Vou acionar as campanhas por 10 minutos. (As campanhas são acionadas.)

(Suspensa às 19 horas e 20 minutos a sessão é reaberta às 19 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está reaberta a sessão.

Sendo evidente que não temos em plenário 80 Srs. Deputados e vou registrar, para conhecimento da Casa, que só temos um Senhor Senador presente, nestas condições vou encerrar a presente sessão.

Antes, porém, a presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à discussão do Projeto de Decreto Legislativo n.º 61, de 1983-CN, referente ao Decreto-lei n.º 2.017, de 1983.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 40 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP 70 160

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

QUADRO COMPARATIVO

(4ª edição)

Texto constitucional vigente (incluindo a Emenda Constitucional nº 22/82) comparado à Constituição promulgada em 1967 e à Carta de 1946.

152 notas explicativas, contendo os textos dos Atos Institucionais e das Emendas à Constituição de 1946.

Índice temático do texto constitucional vigente.

Preço: Cr\$ 900,00

380 páginas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar do Anexo I) — Brasília, DF — CEP: 70160, ou mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

QUADRO COMPARATIVO

(4ª edição)

Texto constitucional vigente (incluindo a Emenda Constitucional nº 22/82) comparado à Constituição promulgada em 1967 e à Carta de 1946.

152 notas explicativas, contendo os textos dos Atos Institucionais e das Emendas à Constituição de 1946.

Índice temático do texto constitucional vigente.

Preço: Cr\$ 900,00

380 páginas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar do Anexo I) — Brasília, DF — CEP: 70160, ou mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

(4ª edição — 1982)

Leis e Instruções que regularão as eleições de 1982

Textos atualizados, consolidados, anotados e indexados:

- Código Eleitoral
- Lei Orgânica dos Partidos Políticos
- Lei das Inelegibilidades
- Lei de Transporte e Alimentação
- Lei das Sublegendas

Legislação alteradora e correlata.

Instruções do Tribunal Superior Eleitoral.

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas
— Senado Federal (22º andar do Anexo I) —
Brasília, DF — CEP 70160, ou mediante vale postal
ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da
Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal).
Atende-se, também, pelo reembolso postal.

Preço: Cr\$ 1.000,00

CÓDIGO PENAL

(atualizado e anotado)

2ª edição — 1982

- **Texto vigente do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7-12-40, com todas as alterações)**
- **155 notas explicativas**
- **Minucioso índice temático**

386 páginas

Preço: Cr\$ 900,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas

Senado Federal

22º andar — Brasília—DF

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal) ou pelo REEMBOLSO POSTAL.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: CR\$ 50,00